

MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA ELEITORAL – ELEIÇÕES 2022



**VOCÊ
VÊ** RECURSOS
PÚBLICOS
EM CAMPANHA

SUMÁRIO



- 1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL 9
- 2. INFORMAÇÕES GERAIS 11
- 3. PRÉ-REQUISITOS PARA O INÍCIO DAS CAMPANHAS • 13
 - 3.1. Conta Bancária 15
 - A. Prazo para abertura 16
 - B. Obrigatoriedade de abertura 16
 - C. Contas bancárias específicas 17
 - D. Documentos para abertura de conta bancária • • • 17
 - E. Obrigações a serem observadas pelos bancos • • • 18
 - F. Identificação da pessoa doadora nos extratos bancários 20
 - G. Extratos eletrônicos 20
 - H. Sigilo • • • • • 20
 - I. Trânsito de recursos financeiros fora das contas bancárias de campanha 20
 - 3.2. RECIBOS ELEITORAIS 21

- A. Obrigatoriedade de emissão 21
 - B. Emissão • • • • • 21
 - C. Dispensa de emissão 22
- 4. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS 24
 - 4.1. Origens dos Recursos 24
 - 4.2. Empréstimos pessoais 25
 - 4.3. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) 26
 - 4.4. Aplicação dos Recursos por partidos políticos 27
 - A. Aplicação de recursos recebidos em anos anteriores 27
 - B. Forma de aplicação dos recursos 28
 - C. Financiamento de campanhas femininas e de pessoas negras 29
 - 4.5. Doações 30
 - A. Forma de recebimento de doações • • • • • 30

SUMÁRIO

- B. Moedas virtuais 31**
- C. Financiamento coletivo 31**
 - I - Requisitos 31
 - II - Cadastramento prévio 32
 - III - Emissão de recibo de comprovação 33
 - IV - Prazo de repasse dos valores 33
 - V - Arrecadação prévia 34
 - VI - Registro das doações na prestação de contas 34
 - VII - Conta intermediária 34
- D. Doações estimáveis em dinheiro 35**
- E. Arrecadação de recursos pela internet 35**
- F. Limites 36**
 - I. Doações de pessoas físicas 36
 - II. Recursos próprios 38
- G. Guarda de documentação 38**
- H. Doações entre partidos políticos, candidatas e
candidatos 39**

- 4.6. Comercialização de bens e/ou serviços e/ou
promoção de eventos 39**
- 4.7. Fontes vedadas 40**
 - A. Recebimento de recursos de fonte vedada 40
- 4.8. Recursos de origem não identificada 41**
- 5. GASTOS ELEITORAIS 45**
 - 5.1. Conceito 45**
 - 5.2. Impulsionamento de conteúdo 46**
 - 5.3. Gastos com serviços advocatícios e de
contabilidade 47**
 - 5.4. Material impresso 47**
 - 5.5. Gastos com combustível 47**
 - 5.6. Gastos realizados em benefício de outra(o) . . 48**
 - 5.7. Responsabilidade pelo pagamento 48**

SUMÁRIO

- 5.8. Data inicial para realização de gastos 48**
 - A. Exceção 49
- 5.9. Limite de gastos 49**
 - A. Cálculo do limite de gastos 49
 - B. Extrapolação de limites 50
- 5.10. Uso vedado de recursos do Fundo Partidário e do FEFC 51**
- 5.11. Propaganda antecipada 51**
- 5.12. Forma de pagamento 51**
- 5.13. Fundo de Caixa 52**
 - A. Gastos de pequeno vulto 52
- 5.14. Gastos com pessoal 52**
- 5.15. Limites específicos 55**
- 5.16. Gastos de simpatizante 55**
- 5.17. Aferição de regularidade de gastos 56**

- 6. DATA-LIMITE PARA A ARRECADAÇÃO E DESPESAS • 58**
 - 6.1. Assunção de dívidas 58
 - A. Requisitos 59
 - B. Quitação 59
 - C. Dívidas de campanha de partido político 60
 - D. Dívidas de campanha não assumidas pelo partido político 60
- 7. SOBRAS DE CAMPANHA 62**
 - 7.1. Conceito 62
 - 7.2. Transferência 63
 - A. Fundo Partidário 63
 - B. Outros recursos 63
 - C. Transferência direta pelos bancos 63
 - 7.3. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) 64

SUMÁRIO

8. COMPROVAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E DA REALIZAÇÃO DE GASTOS 67

8.1. Recursos financeiros 67

8.2. Ausência de movimentação financeira 67

8.3. Fonte vedada 68

8.4. Doações de bens ou serviços estimáveis em dinheiro ou cessões temporárias 68

8.5. Cancelamento de documentos fiscais 69

8.6. Gastos eleitorais 69

8.7. Dispensa de comprovação 70

8.8. Gastos com passagens aéreas 71

8.9. Recursos próprios 71

9. PRESTAÇÃO DE CONTAS 72

9.1. Obrigação de prestar contas 73

9.2. Responsabilidade sobre as contas 74

A. Atribuições da(o) profissional habilitada(o) em contabilidade 74

B. Constituição de advogada ou advogado 74

9.3. Obrigação de prestar contas – situações específicas 75

A. Candidaturas 75

B. Partido político 75

9.4. Relatórios financeiros e prestação de contas parcial 76

A. Relatórios financeiros de campanha 76

B. Prestação de contas parcial 77

C. Retificação de contas 77

D. Encaminhamento e autuação 78

9.5. Prestações de contas finais 78

9.6. Omissão 79

SUMÁRIO

9.7. Elaboração e apresentação das contas 80

 A. Composição 80

 B. Forma de apresentação de documentos 82

 C. Entrega e autuação 83

 D. Recibo de entrega 83

 E. Encaminhamento de autos para exame técnico . . . 83

9.8. Impugnação 83

9.9. Prestação de contas simplificada 84

 A. Aplicabilidade 84

 B. Conceito 85

 C. Composição 85

 D. Apresentação 85

 E. Recebimento e processamento 86

 F. Análise técnica 86

 G. Dispensa de realização de diligências 86

10. ANÁLISE E JULGAMENTO DAS CONTAS 89

10.1. Requisição de técnicos para análise das contas 89

10.2. Exame das contas 90

 A. Acompanhamento do exame das contas 90

10.3. Diligências 91

10.4. Prestação de contas retificadora 91

10.5. Parecer Técnico Conclusivo 92

10.6. Parecer do Ministério Público 93

10.7. Julgamento das prestações de contas 93

 A. Decisão 93

 B. Aplicação irregular do Fundo Partidário e/ou FEFC . 95

 C. Publicação do julgamento das contas 96

10.8. SANÇÕES 96

 A. Consequências de contas julgadas não prestadas 97

SUMÁRIO

11. REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO	98
11.1. Processamento	100
11.2. Julgamento do requerimento de regularização	101
11.3. Regularização da inadimplência	101
12. DOS RECURSOS	103
13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE	105
14. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE	107
15. NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS	110
15.1. Requisição dos arquivos das notas fiscais eletrônicas	110
15.2. Envio dos arquivos das notas fiscais eletrônicas	111
15.3. Prazos para envio dos arquivos das notas fiscais eletrônicas	111
15.4. Notas fiscais eletrônicas canceladas	111

16. INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS PRESTADAS DURANTE A CAMPANHA	113
17. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES	115
17.1. Ações preparatórias	116
18. INTIMAÇÕES	118
19. DISPOSIÇÕES FINAIS	122
19.1. Consulta às decisões e intimações	122
19.2. Processo Judicial Eletrônico (PJe)	122
19.3. Prorrogação de prazos processuais	122
19.4. Conservação da documentação	123
19.5. Publicidade das prestações de contas	123
19.6. Orientações técnicas	123

Capítulo 1

Legislação aplicável

1. Legislação aplicável

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições.

Resolução TSE nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece diretrizes gerais para a gestão e distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Resolução TSE nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.

Resolução TSE nº 23.670, de 14 de dezembro de 2021. Dispõe sobre as federações de partidos políticos.

Instrução Normativa Conjunta RFB/TSE nº 2001, de 29 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a inscrição de candidatos a cargos eletivos, inclusive vices e suplentes, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Carta Circular BACEN nº 3.454, de 14 de junho de 2010. Divulga leiaute das informações de que trata a Circular nº 3.290, de 5 de setembro de 2005.

Comunicado BACEN nº 35.979, de 28 de julho de 2020. Divulga orientações sobre a abertura, a movimentação e o encerramento de contas de depósitos à vista de partidos políticos e de candidatos, bem como sobre os extratos eletrônicos dessas contas.

Capítulo 2

Informações gerais

2. Informações gerais

Este manual dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatas e candidatos em campanha eleitoral e a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Os recursos arrecadados por partido político fora do período eleitoral são regulados pela resolução específica que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos¹.

Aplicam-se à federação de partidos todas as normas que regem as atividades dos partidos políticos no que diz respeito às eleições, inclusive quanto à arrecadação, aplicação de recursos em campanhas eleitorais e prestação de contas, preservada a identidade e a autonomia dos partidos que a integram.

A prestação de contas da federação corresponderá àquela apresentada à Justiça Eleitoral pelos partidos que a integram e em todos os níveis de direção partidária.

Os partidos políticos, as candidatas e os candidatos poderão arrecadar recursos para custear as despesas de campanhas destinadas às eleições, nos termos da Resolução TSE nº 23.607/2019, dispostos neste Manual.

¹ Resolução TSE nº 23.604/2019.

Capítulo 3

Pré-requisitos para o início das campanhas

3. Pré-requisitos para o início das campanhas

A arrecadação de recursos de qualquer natureza para a campanha eleitoral deverá observar os seguintes pré-requisitos:

I – para candidatas e candidatos:

- requerimento do registro de candidatura, conforme disciplina a Resolução TSE nº 23.609/2019, de 18 de dezembro de 2019;
- inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), obtido automaticamente após a solicitação do registro de candidatura;
- abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha; e
- emissão de recibos eleitorais na hipótese de:
 - » doações estimáveis em dinheiro; e
 - » doações pela sua página de campanha na internet (Lei nº 9.504/1997, art. 23, 4º, III, b).



II – para partidos:

- o registro ou a anotação conforme o caso, no respectivo órgão da Justiça Eleitoral;
- abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha; e
- emissão de recibos de doação por meio do Sistema de Prestação de Contas Anuais – SPCA, na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral nas prestações de contas anuais.

Não há emissão de novo CNPJ para partidos políticos, para uso na campanha. O partido deve utilizar o CNPJ que já possui.

A conta bancária específica é a conta permanente prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos² e que se destina à movimentação de recursos referentes às Doações para Campanha.

- É importante verificar a correção do nome da candidata e do candidato no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal e no Cadastro Eleitoral para evitar problemas na geração do CNPJ de campanha. Atenção também para o número do CEP informado no requerimento de registro de candidatura: confira se o número é válido no [site dos Correios](#).
- Ainda que a emissão de recibos eleitorais para o recebimento de recursos financeiros não seja obrigatória, ela não está proibida e auxilia a comprovação da origem do recurso arrecadado.

²Art. 6º, II, da Resolução TSE nº 23.604/2019.



3.1. Conta Bancária

É obrigatória para os partidos políticos, candidatas e candidatos a abertura de conta bancária específica, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil, e que atendam à obrigação de encaminhar os extratos bancários eletrônicos à Justiça Eleitoral.

A. Prazo para abertura

A conta bancária deve ser aberta em agências bancárias, postos de atendimento bancário ou por meios eletrônicos:

- pela candidata e pelo candidato, no prazo de dez dias contados da concessão do CNPJ pela Receita Federal;
- pelos partidos políticos registrados após 15 de agosto de 2018, até 15 de agosto do ano eleitoral, caso ainda não tenham aberto a conta Doações para Campanha.

» Ainda que transcorrido o prazo para abertura de conta, os bancos estão obrigados à abertura da conta bancária! É a Justiça Eleitoral quem avaliará, na prestação de contas, as consequências da abertura tardia da conta.

» Os partidos políticos já devem possuir conta bancária de campanha eleitoral. A conta Doações para Campanha é permanente, não deve ser encerrada no fim do período eleitoral. Esta conta foi instituída pela Resolução TSE nº 23.432/2014 e mantida nas normas posteriores³.

B. Obrigatoriedade de abertura

A obrigação de abrir conta bancária deve ser cumprida pelos partidos políticos, candidatas e candidatos, mesmo que não ocorra arrecadação e/ou movimentação de recursos financeiros.

Vices e suplentes não são obrigadas(os) a abrir conta bancária específica, mas, se o fizerem, os respectivos extratos bancários deverão compor a prestação de contas das(os) titulares.

A obrigatoriedade de abertura de conta bancária eleitoral não se aplica às candidaturas:

- em circunscrição onde não haja agência bancária ou posto de atendimento bancário (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 2º);
- cuja renúncia ao registro, desistência, indeferimento do registro ou substituição se deu antes do fim do prazo de 10 (dez) dias a contar da emissão do CNPJ de campanha, desde que não haja indícios de arrecadação de recursos e realização de gastos eleitorais.

³Resolução TSE n. 23.604/2019, Art. 6º, § 2º: A abertura da conta bancária "Doações para Campanha" será exigida, ainda que não ocorra arrecadação e/ou movimentação de recursos financeiros, em face do disposto no art. 22 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições.

Se, contudo, referidas contas forem abertas, os extratos bancários devem ser apresentados na prestação de contas em sua integralidade.

» Mesmo nas hipóteses de dispensa de abertura da conta bancária a prestação de contas é obrigatória!

C. Contas bancárias específicas

Os partidos políticos, as candidatas e os candidatos devem abrir contas bancárias distintas e específicas para o recebimento e a utilização de recursos oriundos do Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) e para aqueles provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), na hipótese de repasse de recursos dessas espécies.

O partido político que aplicar recursos do Fundo Partidário na campanha eleitoral e já tiver aberto conta bancária previamente para movimentação desse tipo de recursos deve fazer a movimentação financeira diretamente nessa conta bancária.

É vedada a transferência de recursos entre contas cujas fontes possuam naturezas distintas. Por exemplo, recursos do Fundo Partidário não podem ser transferidos para a conta Doações para Campanha ou para a conta destinada à movimentação de recursos do FEFC. Da mesma forma, é vedada a transferência de recursos do FEFC para as contas Doações para Campanha e Fundo Partidário.

D. Documentos para abertura de conta bancária

As contas bancárias devem ser abertas mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- pelas candidatas e pelos candidatos:
 - » Requerimento de Abertura de Conta Bancária, disponível na página dos tribunais eleitorais na internet;
 - » comprovante de inscrição no CNPJ para as eleições, disponível na página da [Receita Federal](#) na internet; e
 - » nome das(os) responsáveis pela movimentação da conta bancária com endereço atualizado.

- pelos partidos políticos:
 - » Requerimento de Abertura de Conta Bancária, disponível na página do [Tribunal Superior Eleitoral](#) na internet;
 - » comprovante da inscrição no CNPJ já existente, disponível na página da [Receita Federal](#) na internet;
 - » certidão de composição partidária, disponível na página do [Tribunal Superior Eleitoral](#) na internet; e
 - » nome das(os) responsáveis pela movimentação da conta bancária com endereço atualizado.

As contas bancárias específicas de campanha eleitoral devem ser identificadas pelos partidos políticos, pelas candidatas e pelos candidatos de acordo com o nome constante no CNPJ fornecido pela Receita Federal.

As pessoas autorizadas a movimentar a conta devem ser identificadas e qualificadas

conforme regulamentação específica do Banco Central do Brasil; e, além daqueles documentos acima, os bancos devem exigir a apresentação dos seguintes documentos:

- da candidata, do candidato e das demais pessoas autorizadas a movimentar a conta bancária:
 - » documento de identificação pessoal;
 - » comprovante de endereço atualizado;
 - » comprovante de inscrição no CPF.
- dos partidos políticos, suas(seus) dirigentes e demais pessoas autorizadas a movimentar a conta bancária:
 - » documento de identificação pessoal;
 - » comprovante de endereço atualizado;
 - » comprovante de inscrição no CPF.

A apresentação dos documentos de identificação pessoal e comprovante de endereço atualizado deve observar o disposto nas instruções do Banco Central do Brasil.

» A informação do endereço da candidata e do candidato deve ser compatível com o endereço informado no Requerimento de Abertura de Conta (RAC).

A apresentação dos documentos para abertura de conta bancária pode ser dispensada, a critério do banco, na hipótese de abertura de nova conta bancária para movimentação de recursos do FEFC por candidata ou candidato na mesma agência bancária na qual foi aberta a conta original de campanha.

E. Obrigações a serem observadas pelos bancos

Os bancos são obrigados a (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 1º):

- acatar, em até 3 (três) dias úteis⁴, o pedido de abertura de conta de qualquer candidata ou candidato escolhida(o) em

Comunicado BACEN nº 35.979/2020.

convenção, bem como as contas específicas para a movimentação de recursos do Fundo Partidário e do FEFC e as contas dos partidos políticos denominadas Doações para Campanha, sendo-lhes vedado condicionar a conta ao depósito mínimo e à cobrança de taxas ou de outras despesas de manutenção;

- identificar, nos extratos bancários das contas bancárias de campanha, inclusive naquelas específicas para movimentação de recursos do Fundo Partidário e do FEFC, o CPF ou o CNPJ da pessoa doadora e fornecedora de campanha;

- encerrar as contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do Fundo Partidário e de Doações para Campanha das candidatas e dos candidatos no final do ano da eleição, transferindo a totalidade do saldo existente para a conta bancária do órgão de direção da circunscrição, na forma do item 7.2 - C deste Manual, e informar o fato à Justiça Eleitoral.

- encerrar as contas bancárias da candidata, do candidato e do partido político destinadas à movimentação de recursos do FEFC no final do ano da eleição, transferindo a totalidade do saldo existente para o Tesouro Nacional, na forma do item 7.3 deste Manual, e informar o fato à Justiça Eleitoral.

A obrigação dos bancos de abrir as contas bancárias para campanha eleitoral deve ser cumprida mesmo se vencidos os prazos estabelecidos pela legislação eleitoral para a abertura.

» O banco é obrigado a abrir tantas contas quantas forem solicitadas por candidata, candidato ou partido político.

A vedação quanto à cobrança de taxas e/ou outras despesas de manutenção não alcança as demais taxas e despesas normalmente cobradas por serviços bancários avulsos, na forma autorizada e disciplinada pelo Banco Central do Brasil.

» Não haverá fornecimento de talonários de cheque para candidata ou candidato que figurar no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos (CCF). Nesta hipótese, a movimentação pode ser realizada por cartão da conta bancária ou diretamente no internet banking da instituição financeira, observadas as normas internas de cada instituição.

Os bancos somente aceitarão, nas contas abertas para uso em campanha, depósitos/ créditos de origem identificada pelo nome ou razão social da pessoa doadora e pelo respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ.

A eventual recusa ou o embaraço à abertura de conta pela instituição financeira, inclusive no prazo fixado em lei, sujeitará o responsável ao disposto no art. 347 do Código Eleitoral:

Art. 347. Recusar alguém cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral ou opor embaraços à sua execução:

Pena - detenção de três meses a um ano e pagamento de 10 a 20 dias-multa.

F. Identificação da pessoa doadora nos extratos bancários

A exigência de identificação do CPF/CNPJ da pessoa doadora nos extratos bancários será atendida pelos bancos mediante o envio à Justiça Eleitoral dos respectivos extratos eletrônicos.

A não identificação do CPF/CNPJ da pessoa doadora nos extratos bancários, inclusive no que se refere ao prazo fixado para envio à Justiça Eleitoral, sujeitará o responsável ao disposto no art. 347 do Código Eleitoral.

G. Extratos eletrônicos

Os extratos eletrônicos contendo a movimentação financeira das contas bancárias abertas para as campanhas eleitorais pelos partidos políticos, candidatas

e candidatos devem ser encaminhados pelas instituições financeiras ao Tribunal Superior Eleitoral, para instrução dos respectivos processos de prestação de contas, no prazo de até 15 (quinze) dias após o encerramento do mês anterior.

Os extratos eletrônicos devem ser enviados em relação às contas bancárias específicas denominadas Doações para Campanha, às destinadas à movimentação dos recursos do Fundo Partidário e do FEFC.

Os extratos eletrônicos das contas bancárias, tão logo recebidos pela Justiça Eleitoral, serão disponibilizados para consulta pública na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet⁵.

Os extratos eletrônicos devem ser padronizados e fornecidos conforme normas específicas do Banco Central do Brasil e devem compreender o registro da movimentação financeira entre as datas de abertura e encerramento da conta bancária.

H. Sigilo

As contas bancárias utilizadas para o registro da movimentação financeira de campanha eleitoral não estão submetidas ao sigilo disposto na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e seus extratos, em meio físico ou eletrônico, integram as informações de natureza pública que compõem a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

I. Trânsito de recursos financeiros fora das contas bancárias de campanha

A arrecadação de recursos para a campanha que não transitem pelas contas bancárias específicas e o uso de recursos financeiros para o pagamento de gastos eleitorais que não provenham das contas eleitorais específicas implicará a desaprovação da prestação de contas do partido político, candidata ou candidato.

⁵<https://divulgaandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>

Se comprovado o abuso do poder econômico por candidata ou candidato, será cancelado o registro da sua candidatura ou cassado o seu diploma, se já houver sido outorgado (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 3º).

3.2. Recibos Eleitorais

A. Obrigatoriedade de emissão

Deverá ser emitido recibo eleitoral de toda e qualquer arrecadação de recursos:

- estimáveis em dinheiro para a campanha eleitoral, inclusive próprios; e
- por meio da internet, na página de campanha da candidatura ou do partido (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 4º, III, b).

As doações financeiras devem ser comprovadas, obrigatoriamente, por meio de documento bancário que identifique o CPF/CNPJ das doadoras e dos doadores, sob pena de configurar o recebimento de recursos de origem não identificada.

B. Emissão

As candidatas e os candidatos deverão imprimir recibos eleitorais diretamente do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE).

Os partidos políticos deverão utilizar os recibos emitidos pelo SPCA, ainda que as doações sejam recebidas durante o período eleitoral.

Os recibos eleitorais conterão referência aos limites de doação, com a advertência de que a doação destinada às campanhas eleitorais acima de tais limites poderá gerar a aplicação de multa de até 100 % (cem por cento) do valor do excesso.

Os recibos eleitorais deverão ser emitidos em ordem cronológica concomitantemente ao recebimento da doação.

No caso das doações com cartão de crédito, o recibo eleitoral deverá ser emitido no ato da doação, devendo ser cancelado na hipótese de estorno, desistência ou não confirmação da despesa do cartão (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 4º, III, b).

Na hipótese de arrecadação de campanha realizada pela(o) vice ou suplente, devem ser utilizados os recibos eleitorais da(o) titular.

C. Dispensa de emissão

É facultativa a emissão do recibo eleitoral nas seguintes hipóteses:

- cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por cedente;
- doações estimáveis em dinheiro entre candidatas, candidatos e partidos políticos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas da(o) responsável pelo pagamento da despesa⁶;
- a cessão de automóvel de propriedade da candidata, do candidato, de cônjuge e de seus parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.

Considera-se uso comum:

- de sede: o compartilhamento de idêntico espaço físico para atividades de campanha eleitoral, compreendidas a doação estimável referente à locação e manutenção do espaço físico, excetuada a doação estimável referente às despesas com pessoal, regulamentada no item 5.14 deste Manual;
- de materiais de propaganda eleitoral: a produção conjunta de materiais publicitários impressos, observado o disposto no art. 38, 2º, da Lei nº 9.504/1997.

⁶De acordo com o que dispõe o art. 38, § 2º, da Lei nº 9.504/1997, quando o material impresso veicular propaganda conjunta de candidatas e candidatos, os gastos relativos a cada um deles deverão constar na respectiva prestação de contas, ou apenas naquela relativa ao que houver arcado com os custos.

Capítulo 4

Arrecadação de recursos

4. Arrecadação de recursos

4.1. Origens dos Recursos

Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitidos quando provenientes de:

- recursos próprios das candidatas ou dos candidatos;
- doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas;
- doações de outros partidos políticos, candidatas ou candidatos;
- comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pela candidata, pelo candidato ou pelo partido político;

- recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a sua origem e que sejam provenientes:
 - » do Fundo Partidário;
 - » do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC);
 - » de doações de pessoas físicas efetuadas aos partidos políticos;
 - » de contribuição de suas filiadas e seus filiados;
 - » da comercialização de bens, serviços ou promoção de eventos de arrecadação;
 - » de rendimentos decorrentes da locação de bens próprios dos partidos políticos.
- rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades.

Os rendimentos financeiros e os recursos obtidos com a alienação de bens têm a mesma natureza dos recursos investidos ou utilizados para sua aquisição e devem ser creditados na conta bancária na qual os recursos financeiros foram aplicados ou utilizados para aquisição do bem.

» Os recursos próprios dos partidos políticos, excetuados aqueles do Fundo Partidário e do FEFC, devem, obrigatoriamente, ser depositados na conta Doações para Campanha antes da aplicação nas campanhas eleitorais.

O partido político não poderá transferir para candidata ou candidato ou utilizar, direta ou indiretamente, nas campanhas eleitorais, recursos que tenham sido doados por pessoas jurídicas, ainda que em exercícios anteriores (STF, ADI nº 4.650).

4.2. Empréstimos pessoais

A utilização de recursos próprios que tenham sido obtidos mediante empréstimo somente é admitida quando a contratação ocorrer em instituições financeiras ou equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e, no caso de candidatas e candidatos, quando cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:

- devem estar caucionados por bem integrante do seu patrimônio no momento do registro de candidatura;
- não devem ultrapassar a capacidade de pagamento decorrente dos rendimentos de sua atividade econômica.

A candidata, o candidato e o partido político devem comprovar à Justiça Eleitoral até a entrega da prestação de contas final:

- a realização do empréstimo por meio de documentação legal e idônea; e
- na hipótese de candidatura, a sua integral quitação em relação aos recursos aplicados em campanha.

» Deverão ser quitados os recursos oriundos de empréstimos pessoais lançados como recursos próprios na campanha eleitoral. Se o empréstimo contraído foi superior àquele lançado na campanha, a parcela não lançada na campanha eleitoral não precisa observar a obrigatoriedade de quitação até a entrega da prestação de contas final.

A autoridade judicial pode determinar que a candidata, o candidato ou o partido

político identifique a origem dos recursos utilizados para a quitação, sob pena de serem os recursos considerados de origem não identificada.

4.3. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)

O FEFC será disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao Tribunal Superior Eleitoral e distribuído aos diretórios nacionais dos partidos políticos na forma disciplinada pelo Tribunal Superior Eleitoral⁷ (Lei nº 9.504/1997, art. 16-C, § 2º).

Inexistindo candidatura própria ou em coligação na circunscrição, é vedado o repasse dos recursos do FEFC para outros partidos políticos ou candidaturas desses mesmos partidos.

É vedado o repasse de recursos do FEFC, dentro ou fora da circunscrição, por partidos políticos, candidatas ou candidatos não pertencentes à mesma coligação e/ou não

coligados. A inobservância dessa vedação configura irregularidade grave e caracteriza o recebimento de recursos de fonte vedada.

Os recursos provenientes do FEFC que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, integralmente, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU⁸), no momento da apresentação da respectiva prestação de contas.

O repasse de recursos do FEFC em desacordo com as regras dispostas nos itens 4.3 e 4.4-C configura a aplicação irregular dos recursos, devendo o valor repassado irregularmente ser recolhido ao Tesouro Nacional pelo órgão ou candidata ou candidato que realizou o repasse tido por irregular, respondendo solidariamente pela devolução a pessoa recebedora, na medida dos recursos que houver utilizado.

⁷Resolução TSE n. 23.605/2019.

⁸<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-passo-a-passo-para-o-preenchimento-da-gru>.

4.4. Aplicação dos Recursos por partidos políticos

A. Aplicação de recursos recebidos em anos anteriores

As doações realizadas por pessoas físicas e as contribuições de filiadas e filiados recebidas pelos partidos políticos em anos anteriores ao da eleição para sua manutenção ordinária, creditadas na conta bancária destinada à movimentação financeira de Outros Recursos, prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos⁹, podem ser aplicadas nas campanhas eleitorais, desde que observados os seguintes requisitos cumulativos:

- identificação da sua origem e escrituração individualizada das doações e contribuições recebidas, na prestação de contas anual, assim como seu registro financeiro na prestação de contas de campanha eleitoral do partido político;
- observância das normas estatutárias e dos critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção nacional, os quais devem ser fixados objetivamente e encaminhados ao

Tribunal Superior Eleitoral¹⁰ até 15 de agosto do ano eleitoral (Lei nº 9.096/1995, art. 39, § 5º);

- transferência para a conta bancária Doações para Campanha, antes de sua destinação ou utilização, respeitados os limites legais impostos a tais doações, calculados com base nos rendimentos auferidos no ano anterior ao da eleição em que a doação for aplicada, ressalvados os recursos do Fundo Partidário, cuja utilização deve ser registrada diretamente na conta bancária de Fundo Partidário; e
- identificação, na prestação de contas eleitoral do partido político e também nas respectivas contas anuais, do nome ou razão social e do número do CPF da pessoa física ou do CNPJ da candidata, do candidato ou partido doador, bem como a identificação do número do recibo de doação original.

Os recursos auferidos nos anos anteriores devem ser identificados nas respectivas contas contábeis nas prestações de contas anuais da agremiação, que devem ser apresentadas até 30 de junho do ano eleitoral.

⁹ Resolução TSE nº 23.604/2019.

¹⁰ Endereçado à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, que os divulgará em sua página na internet.

Somente os recursos provenientes do Fundo Partidário ou de doações de pessoas físicas contabilizados na forma descrita anteriormente podem ser utilizados nas campanhas eleitorais.

» Ao transferir os recursos de doações de pessoas físicas recebidas pelos partidos políticos na conta ordinária destinada à manutenção de sedes e serviços do partido para a conta Doações para Campanha, o partido deve identificar o doador originário, que passa a sujeitar-se ao limite legal estabelecido para doações eleitorais de pessoas físicas e informá-lo deste fato.

Os partidos políticos podem aplicar nas campanhas eleitorais os recursos do Fundo Partidário, inclusive aqueles recebidos em exercícios anteriores.

É vedado o repasse do Fundo Partidário, dentro ou fora da circunscrição, por partidos políticos, candidatas ou candidatos, não

pertencentes à mesma coligação e/ou não coligados. A inobservância dessa vedação configura irregularidade grave e caracteriza o recebimento de recursos de fonte vedada.

O repasse de recursos do Fundo Partidário em desacordo com as regras dispostas no presente item (4.4, A, B, C) configura a aplicação irregular dos recursos, devendo o valor repassado irregularmente ser recolhido ao Tesouro Nacional pelo órgão ou candidata ou candidato que realizou o repasse tido por irregular, respondendo solidariamente pela devolução a pessoa recebedora, na medida dos recursos que houver utilizado.

B. Forma de aplicação dos recursos

A aplicação dos recursos provenientes do Fundo Partidário nas campanhas eleitorais pode ser realizada mediante:

- transferência bancária eletrônica para conta bancária da candidata, do candidato, aberta nos termos do item 3.1 deste Manual;

- pagamento dos custos e despesas diretamente relacionados às campanhas eleitorais das candidatas, dos candidatos e dos partidos políticos, procedendo-se à sua individualização.

» Os limites estabelecidos pelas instituições bancárias para a realização de transferências do doador para o prestador de contas observam as regras específicas de cada banco.

Os partidos políticos devem manter, em sua prestação de contas anual, contas específicas para o registro da escrituração contábil das movimentações financeiras dos recursos destinados às campanhas eleitorais, a fim de permitir a segregação desses recursos em relação a quaisquer outros e a identificação de sua origem.

Os partidos políticos devem manter as anotações relativas à origem e à transferência dos recursos na sua prestação de contas anual e devem registrá-las na prestação de contas de campanha eleitoral de forma a permitir a identificação da destinatária ou do destinatário dos recursos ou da pessoa beneficiária.

As despesas e os custos assumidos pelo partido político e utilizados em benefício de uma ou mais candidaturas devem ser registrados integralmente como despesas financeiras na conta do partido e, concomitantemente, como transferências realizadas de recursos estimáveis às candidatas e aos candidatos beneficiadas(os), de acordo com o valor individualizado, apurado mediante o rateio entre todas as candidaturas beneficiadas, na proporção do benefício auferido, exceto para as doações estimáveis em decorrentes de gastos partidários com honorários de serviços advocatícios e de contabilidade.

C. Financiamento de campanhas femininas e de pessoas negras

Para o financiamento de candidaturas femininas e de pessoas negras, os partidos devem destinar os seguintes percentuais relativos aos seus gastos contratados com recursos do Fundo Partidário e do montante recebido do FEFC:

- para as candidaturas femininas o percentual corresponderá a proporção dessas candidaturas em relação a soma das candidaturas masculinas e femininas do partido, não podendo ser inferior a 30% (trinta por cento);
- para as candidaturas de pessoas negras o percentual corresponderá à proporção de mulheres negras e não negras do gênero feminino do partido, e de homens negros e não negros do gênero masculino do partido.

Quanto à aplicação de recursos do FEFC, os percentuais de candidaturas femininas e de pessoas negras serão obtidos pela razão dessas candidaturas em relação ao total de candidaturas do partido em âmbito nacional. Quanto aos gastos contratados com recursos do Fundo Partidário, os percentuais de candidaturas femininas e de pessoas negras será obtido pela razão dessas candidaturas em relação ao total de candidaturas da representação do partido político na circunscrição do pleito. Os recursos correspondentes aos percentuais do FEFC e do Fundo Partidário destinados ao financiamento de candidaturas femininas e de pessoas negras devem ser distribuídos pelos partidos até a data final para entrega da prestação de contas parcial (13 de setembro do ano eleitoral).

A regularidade da aplicação mínima dos percentuais do FEFC será apurada na prestação de contas do diretório nacional do partido político. Já a regularidade da aplicação mínima dos percentuais do Fundo Partidário será apurada na prestação de contas da representação do partido político na circunscrição do pleito.

As verbas oriundas do Fundo Partidário e do FEFC, destinadas ao custeio das candidaturas femininas e de pessoas negras, devem ser aplicadas exclusivamente nestas campanhas, sendo ilícito o seu emprego no financiamento de outras campanhas não contempladas nas cotas a que se destinam.

O disposto acima não impede: o pagamento de despesas comuns com candidatos do gênero masculino e de pessoas não negras; a transferência ao órgão partidário de verbas destinadas ao custeio da sua cota-parte em despesas coletivas, desde que, em todos os casos, haja benefício para campanhas femininas e de pessoas negras.

O emprego ilícito de recursos do Fundo Partidário e do FEFC, nos termos acima expostos, inclusive na hipótese de desvio de finalidade, sujeitará as(os) responsáveis e as pessoas beneficiárias do art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

A EC 111/2021¹¹ estabelece que, para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do Fundo Partidário e do FEFC, os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro. A contagem em dobro de votos se aplica uma única vez.

4.5. Doações

A. Forma de recebimento de doações

As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de:

- transação bancária na qual o CPF da doadora ou do doador seja obrigatoriamente identificado;
- doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que a doadora ou o doador é proprietária(o) do bem ou é a(o) responsável direto pela prestação de serviços;
- instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares.

» A responsabilidade direta pela prestação de serviços exigida para a doação de serviços estimáveis em dinheiro é aquela decorrente da prestação pessoal dos serviços doados ou cedidos.

¹¹ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-111-348247850>

As doações financeiras de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), inclusive na hipótese de doações sucessivas realizadas pela mesma pessoa em um mesmo dia, só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias da doadora ou do doador e da beneficiária ou do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal.

As doações financeiras recebidas em desacordo com estas disposições não podem ser utilizadas e devem, na hipótese de identificação da doadora ou do doador, ser a ela ou a ele restituídas ou, se isso não for possível, devem ser consideradas de origem não identificada e recolhidas ao Tesouro Nacional, na forma prevista no item 4.8 deste Manual.

No caso da utilização das doações financeiras recebidas em desacordo com as disposições elencadas anteriormente, ainda que identificada(o) a doadora ou o

doador, os valores devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional, na mesma forma prevista no item anterior.

As consequências da utilização dos recursos recebidos em desacordo com estas normas serão apuradas e decididas por ocasião do julgamento da prestação de contas.

B. Moedas virtuais

É vedado o uso de moedas virtuais para o recebimento de doações financeiras.

C. Financiamento coletivo

I - Requisitos

O financiamento coletivo, se adotado, deverá atender aos seguintes requisitos:

- cadastro prévio na Justiça Eleitoral pela instituição arrecadadora, observado o atendimento, nos termos da lei e da

regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil, dos critérios para operar arranjos de pagamento;

- identificação obrigatória, com o nome completo e o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) de cada pessoa doadora, o valor das quantias doadas individualmente, a forma de pagamento e as datas das respectivas doações;
- disponibilização em sítio eletrônico de lista com identificação das pessoas doadoras e das respectivas quantias doadas, a ser atualizada instantaneamente a cada nova doação, cujo endereço eletrônico, bem como a identificação da instituição arrecadadora, deve ser informados à Justiça Eleitoral, por meio do módulo específico de financiamento coletivo;
- emissão obrigatória de recibo de comprovação para cada doação realizada, sob a responsabilidade da entidade arrecadadora;

- envio imediato para a Justiça Eleitoral e para a candidata ou candidato de todas as informações relativas à doação, observando o leiaute padrão para o intercâmbio de dados entre este Tribunal e as candidaturas, de modo a permitir a inclusão automática do detalhamento das informações no SPCE;
- ampla ciência a candidatas, candidatos e eleitores acerca das taxas administrativas a serem cobradas pela realização do serviço;
- não incidência em quaisquer das hipóteses de vedação listadas no item 4.7 deste Manual;
- observância do calendário eleitoral para arrecadação de recursos, especialmente quanto aos requisitos dispostos no item 3 deste Manual;
- movimentação dos recursos captados na conta bancária destinada ao recebimento de Doações para Campanha;
- observância dos dispositivos da legislação eleitoral relacionados à propaganda na internet.

As doações de valor igual ou superior a R\$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) recebidas pelo financiamento coletivo só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica ou cheque cruzado e nominal.

II - Cadastramento prévio

O cadastramento prévio ocorrerá mediante:

- preenchimento de formulário eletrônico disponível na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet¹²;
- encaminhamento eletrônico dos seguintes documentos comprobatórios:
 - » requerimento assinado pela pessoa administradora responsável pelas atividades da instituição arrecadadora;
 - » cópia dos atos constitutivos em sua versão vigente e atualizada, revestidos das formalidades legais, que devem conter previsão para o exercício da atividade e certidão de pessoa jurídica emitida pela Receita Federal do Brasil;
 - » declaração emitida pela pessoa administradora responsável que ateste a adequação dos sistemas utilizados pela instituição arrecadadora e passíveis de verificação para efetuar a identificação da doadora ou do doador, a divulgação dos valores arrecadados e o atendimento a reclamações das doadoras ou dos doadores;
- documentos de identificação de pessoas sócias e pessoas administradoras, incluindo identidade, CPF e comprovante de residência no caso das pessoas administradoras;

¹² <http://financiamentocoletivo.tse.jus.br/fcc.web/#!/login>

- declarações individuais firmadas pelas pessoas sócias e pessoas administradoras da plataforma atestando que não estão inabilitadas(os) ou suspensas(os) para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Imobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

III - Emissão de recibo de comprovação

O recibo de comprovação que deve ser emitido pela instituição arrecadadora como prova de recebimento dos recursos da doadora ou do doador, contendo:

- identificação da doadora ou do doador, com a indicação do nome completo, CPF e endereço;
- identificação da beneficiária ou do beneficiário, com a indicação do CNPJ ou CPF, na hipótese de pré-candidata ou pré-candidato, e a eleição a que se refere;
- valor doado;
- data de recebimento da doação;
- forma de pagamento;
- identificação da instituição arrecadadora emitente do recibo, com a indicação da razão social e do CNPJ e

- referência ao limite legal fixado para doação, com a advertência de que o valor do limite é calculado pela soma de todas as doações realizadas no período eleitoral e a sua não observância poderá gerar aplicação de multa de até 100% (cem por cento) do valor excedido.

» O recibo que deve ser emitido pela instituição arrecadadora por ocasião do recebimento de doações por intermédio do financiamento coletivo não é o recibo eleitoral.

IV - Prazo de repasse dos valores

O prazo a ser observado para o repasse de recursos arrecadados pela instituição arrecadadora à beneficiária ou ao beneficiário, bem como a destinação dos eventuais rendimentos decorrentes de aplicação financeira, devem ser estabelecidos entre as partes no momento da contratação da prestação do serviço.

V - Arrecadação prévia

A partir de 15 de maio do ano eleitoral, é facultada às pré-candidatas ou aos pré-candidatos a arrecadação prévia de recursos nesta modalidade, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadadoras fica condicionada ao cumprimento, pela candidata e pelo candidato, dos requisitos para o início da campanha dispostos no item 3 deste Manual.

Se não for solicitado o registro da candidatura, as entidades arrecadadoras deverão devolver os valores arrecadados às doadoras ou aos doadores na forma e nas condições estabelecidas entre a entidade arrecadadora e à pré-candidata ou o pré-candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 22-A, § 4º).

VI - Registro das doações na prestação de contas

Incumbe à instituição arrecadadora encaminhar à prestadora ou ao prestador de contas a identificação completa das doadoras ou dos doadores, ainda que a doação seja efetivada por intermédio de cartão de crédito (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 4º, IV, b).

Todas as doações recebidas mediante financiamento coletivo deverão ser lançadas individualmente pelo valor bruto na prestação de contas de campanha eleitoral de candidatas, candidatos e partidos políticos.

As taxas cobradas pelas instituições arrecadadoras deverão ser consideradas despesas de campanha eleitoral e lançadas na prestação de contas de candidatas ou candidatos e partidos políticos, sendo pagas no prazo fixado entre as partes no contrato de prestação de serviços.

VII - Conta intermediária

Havendo conta intermediária para a captação de doações por financiamento coletivo, a instituição arrecadadora deve efetuar o repasse dos respectivos recursos à conta bancária de campanha eleitoral da candidata ou do candidato ou do partido político (conta Doações para Campanha).

No momento do repasse à candidata, ao candidato ou ao partido político, que deverá ser feito obrigatoriamente por transação bancária identificada, a instituição arrecadadora deverá identificar, individualmente, as pessoas doadoras relativas ao crédito na conta bancária da destinatária ou do destinatário final.

Uma vez aberta, a conta intermediária deve observar a modalidade de conta bancária de depósito à vista, em instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil.

Os créditos recebidos na conta intermediária devem ser realizados por meio de transação bancária na qual o CPF da doadora ou do doador seja obrigatoriamente identificado.

D. Doações estimáveis em dinheiro

Os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas devem constituir produto de seu próprio serviço, de suas atividades econômicas e, no caso dos bens, devem integrar seu patrimônio.

O pagamento efetuado por pessoas físicas de honorários de serviços advocatícios e de contabilidade, relacionados à prestação de serviços em campanhas eleitorais e em favor destas, bem como em processo judicial decorrente de defesa de interesses de candidata, candidato ou partido político, não constitui doação de bens e serviços estimáveis em dinheiro (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 10).

Os bens próprios de candidata ou candidato somente podem ser utilizados na campanha eleitoral quando demonstrado que já integravam seu patrimônio em período anterior ao pedido de registro da respectiva candidatura.

Partidos políticos, candidatas e candidatos podem doar entre si bens próprios ou serviços estimáveis em dinheiro, ou ceder seu uso, ainda que não constituam produto de seus próprios serviços ou de suas atividades, a menos que a aquisição de bens ou serviços sejam destinados à manutenção da estrutura do partido político durante a campanha eleitoral, hipótese em que deverão ser devidamente contratados pela agremiação e registrados na sua prestação de contas de campanha.

E. Arrecadação de recursos pela internet

Para arrecadar recursos pela internet, o partido político, a candidata ou o candidato deverão tornar disponível mecanismo em página eletrônica, observados os seguintes requisitos:

- identificação da pessoa doadora pelo nome e pelo CPF;
- emissão de recibo eleitoral para cada doação realizada, dispensada a assinatura da pessoa doadora;

- utilização de terminal de captura de transações para as doações por meio de cartão de crédito e de cartão de débito.

As doações por meio de cartão de crédito ou cartão de débito somente serão admitidas quando realizadas até a data da eleição pela(o) titular do cartão e não poderão ser parceladas.

Eventuais estornos, desistências ou não confirmação da despesa do cartão serão informados pela administradora à beneficiária ou ao beneficiário e à Justiça Eleitoral.

As doações por meio de cartão de crédito ou cartão de débito somente poderão ser contestadas até o dia anterior ao da eleição:

- na hipótese de primeiro turno, no que se refere a todos os partidos políticos e candidatas ou candidatos e
- na hipótese de segundo turno no que se refere às candidatas e aos candidatos que a ele concorrem e partidos a que estiverem vinculados, inclusive em coligação.

As doações recebidas serão registradas pelo valor bruto no SPCE, e as tarifas referentes às administradoras de cartão serão registradas em despesa.

F. Limites

I. Doações de pessoas físicas

As doações realizadas por pessoas físicas são limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doadora ou doador no ano-calendário anterior à eleição (Lei nº 9.504/1997, art. 23, §1º).

O limite não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador ou à prestação de serviços próprios, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 7º).

A doação acima dos limites fixados sujeita a infratora ou o infrator ao pagamento de multa no valor de até 100% (cem por cento) da quantia em excesso, sem prejuízo de a candidata ou candidato responder por abuso do poder econômico, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 3º).

O limite de doação será apurado anualmente pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observando-se os seguintes procedimentos:

- o Tribunal Superior Eleitoral consolidará as informações sobre as doações registradas até 31 de dezembro do ano eleitoral, considerando (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 1º):

- » as prestações de contas anuais dos partidos políticos entregues à Justiça Eleitoral até 30 de junho do ano subsequente ao da apuração;

- » as prestações de contas eleitorais apresentadas pelas candidatas, pelos candidatos e pelos partidos políticos em relação à eleição.

- após a consolidação das informações sobre os valores doados e apurados, o Tribunal Superior Eleitoral as encaminhará à Secretaria da Receita Federal do Brasil até 30 de maio do ano seguinte ao da apuração (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 2º);

- a Secretaria da Receita Federal do Brasil fará o cruzamento dos valores doados com os rendimentos da pessoa física e, apurando indício de excesso, comunicará o fato, até 30 de julho do ano seguinte ao ano eleitoral, ao Ministério Público, que poderá, até 31 de dezembro do mesmo ano, apresentar representação com vistas à aplicação da multa e de outras sanções que julgar cabíveis (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 3º);

- o Ministério Público poderá apresentar representação com vistas à aplicação da multa e de outras sanções que julgar cabíveis, ocasião em que poderá solicitar à autoridade judicial competente a quebra do sigilo fiscal da doadora ou do doador e, se for o caso, da beneficiada ou do beneficiado.

A comunicação realizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ao Ministério Público restringe-se à identificação nominal, seguida do respectivo número de inscrição no CPF, Município e UF fiscal do domicílio da doadora ou do doador, resguardado o sigilo dos rendimentos da pessoa física e do possível excesso apurado.

Para os Municípios com mais de uma zona eleitoral, a comunicação deve incluir também a zona eleitoral correspondente ao domicílio da doadora ou do doador.

A aferição do limite de doação da(o) contribuinte dispensada(o) da apresentação de Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda deve ser realizada com base no limite de isenção previsto para o exercício financeiro do ano da eleição.

Eventual declaração anual retificadora apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, desde que apresentada até o ajuizamento da ação de doação irregular, deve ser considerada na aferição do limite de doação da(o) contribuinte.

Se, por ocasião da prestação de contas, ainda que parcial, surgirem fundadas suspeitas de que determinada(o) doadora ou doador extrapolou o limite de doação, a juíza ou o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá determinar, em decisão fundamentada, que a Secretaria da Receita Federal do Brasil informe o valor dos rendimentos da(o) contribuinte no ano anterior ao da eleição.

II. Recursos próprios

A candidata ou o candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% (dez por cento) dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.

Na hipótese de utilização de recursos próprios das candidatas ou dos candidatos a vice ou suplentes, os

valores serão somados aos recursos próprios da pessoa titular para aferição do limite estabelecido acima.

É vedada a aplicação indireta de recursos próprios mediante a utilização de doação a interposta pessoa, com a finalidade de burlar o limite de utilização de recursos próprios previstos acima.

» Para a aplicação de recursos próprios de natureza financeira de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) a candidata ou candidato deverá realizar transferência eletrônica entre a sua conta bancária de pessoa física e a sua conta de campanha.

G. Guarda de documentação

Até 180 dias após a diplomação, candidatas, candidatos e partidos conservarão a documentação concernente a suas contas (Lei nº 9.504/1997, art. 32).

Estando pendente de julgamento qualquer processo judicial relativo às contas, a documentação a elas concernente deverá ser conservada até a decisão final (Lei nº 9.504/1997, art. 32, parágrafo único).

H. Doações entre partidos políticos, candidatas e candidatos

As doações de recursos estimáveis em dinheiro captados para campanha eleitoral realizadas entre partidos políticos, entre partido político e candidata ou candidato e entre candidatas ou candidatos estão sujeitas à emissão de recibo eleitoral, na forma do item 3.2 deste Manual.

As doações de candidatas e candidatos não estão sujeitas ao limite aplicável às pessoas físicas, exceto quando se tratar de doação realizada pela pessoa física da candidata ou do candidato, com recursos próprios, para outra candidata ou outro candidato ou partido político.

Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas das candidatas ou dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas dos partidos, como transferência às candidatas ou aos candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 12; STF, ADI nº 5.394).

As doações entre partidos políticos, candidatas e candidatos devem ser identificadas pelo CPF da doadora ou do doador originária(o) das doações financeiras, na forma do item 3.2 deste Manual (STF, ADI nº 5.394).

4.6. Comercialização de bens e/ou serviços e/ou promoção de eventos

Para a comercialização de bens e/ou serviços e/ou a promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral, o partido político, a candidata ou o candidato deve:

- comunicar sua realização, formalmente e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, à Justiça Eleitoral, que poderá determinar sua fiscalização;
- manter à disposição da Justiça Eleitoral a documentação necessária à comprovação de sua realização e de seus custos, despesas e receita obtida.

Os valores arrecadados constituem doação e devem observar todas as regras para o recebimento de doação. Para a fiscalização de eventos a Justiça Eleitoral poderá nomear, entre suas servidoras ou seus servidores, fiscais ad hoc, devidamente credenciadas(os).

As despesas e as receitas relativas à realização do evento devem ser comprovadas por documentação idônea.

Os comprovantes relacionados ao recebimento de recursos decorrentes de eventos de arrecadação deverão conter referência que o valor recebido caracteriza doação eleitoral, com menção ao limite legal de doação, advertência de que a doação acima de tal limite poderá gerar a aplicação de multa de até 100% (cem por cento) do valor do excesso e de que devem ser observadas as vedações da lei eleitoral.

4.7. Fontes vedadas

É vedado a partido político, à candidata e a candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- pessoas jurídicas;
- origem estrangeira;
- pessoa física permissionária de serviço público.

A configuração da fonte vedada de origem estrangeira não depende da nacionalidade da doadora ou do doador, mas da procedência dos recursos doados. A vedação de doação de pessoa física que exerça atividade comercial decorrente de permissão pública não alcança a aplicação de recursos próprios da candidata ou do candidato permissionário em sua própria campanha.

A. Recebimento de recursos de fonte vedada

O recurso recebido de fontes vedadas deve ser imediatamente devolvido à doadora ou ao doador, sendo vedada sua utilização ou aplicação financeira.

Na impossibilidade de devolução dos recursos à pessoa doadora, a prestadora ou o prestador de contas deve providenciar imediatamente a transferência dos recursos recebidos ao Tesouro Nacional, por meio de GRU¹³.

Incidirão atualização monetária e juros moratórios¹⁴, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, sobre os valores a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.

Não incidirão atualização monetária e juros moratórios na hipótese de transferência espontânea e imediata dos recursos para o Tesouro Nacional, sem utilização.

¹³ <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-passo-a-passo-para-o-preenchimento-da-gru>

¹⁴ A atualização dos valores pode ser realizada em <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>

A transferência de recurso recebido de fonte vedada para outro órgão partidário, candidata ou candidato não isenta a donatária ou o donatário da obrigação de devolver ou transferir ao Tesouro Nacional os recursos recebidos.

A beneficiária ou o beneficiário de transferência cuja origem seja considerada fonte vedada pela Justiça Eleitoral responde solidariamente pela irregularidade, e as consequências serão aferidas por ocasião do julgamento das respectivas contas.

A devolução ou a determinação de devolução de recursos recebidos de fonte vedada não impede, se for o caso, a desaprovação das contas, quando constatado que a candidata ou o candidato se beneficiou, ainda que temporariamente, dos recursos ilícitos recebidos, assim como a apuração do fato na forma do art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, do art. 22 da Lei

Complementar nº 64/1990 e do art. 14, § 10, da Constituição da República.

O comprovante de devolução ou de recolhimento, conforme o caso, poderá ser apresentado em qualquer fase da prestação de contas ou até 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas de campanha, sob pena de encaminhamento das informações à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União para fins de cobrança.

O Tribunal Superior Eleitoral disponibilizará, em sua página de internet, as informações recebidas dos órgãos públicos relativas às permissões concedidas, as quais não exauzem a identificação de fontes vedadas, incumbindo à prestadora ou ao prestador de contas aferir a licitude dos recursos que financiam sua campanha.

4.8. Recursos de origem não identificada

Os recursos de origem não identificada não podem ser utilizados por partidos políticos, candidatas ou candidatos e devem ser transferidos ao Tesouro Nacional por meio GRU¹⁵.

Caracterizam o recurso como de origem não identificada:

- a falta ou a identificação incorreta da doadora ou do doador;
- a falta de identificação da doadora ou do doador originária(o) nas doações financeiras recebidas de outras candidatas, de outros candidatos ou partidos políticos;

¹⁵ <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-passo-a-passo-para-o-preenchimento-da-gru>

- a informação de número de inscrição inválida no CPF da doadora ou do doador pessoa física ou no CNPJ quando for doação de candidata, candidato ou partido político;
- as doações financeiras de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 não recebidas através de transferência eletrônica entre as contas bancárias da doadora ou do doador e da beneficiária ou do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal, quando impossibilitada a devolução à doadora ao doador;
- as doações recebidas sem a identificação do número de inscrição no CPF/CNPJ no extrato eletrônico ou em documento bancário;
- os recursos financeiros que não provenham das contas destinadas a movimentação de recursos de campanha, Fundo Partidário ou do FEFC;
- doações recebidas de pessoas físicas com situação cadastral na Secretaria da Receita Federal do Brasil que impossibilitem a identificação da origem real da doadora ou do doador; e/ou
- recursos utilizados para quitação de empréstimos cuja origem não seja comprovada.

O comprovante de devolução ou de recolhimento, conforme o caso, poderá ser apresentado em qualquer fase da prestação de contas ou até 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas de campanha, sob pena de encaminhamento dos autos à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança.

Incidirão atualização monetária e juros moratórios¹⁶, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, sobre os valores a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.

Não incidirão atualização monetária e juros moratórios na hipótese de transferência espontânea e imediata dos recursos para o Tesouro Nacional, sem utilização.

¹⁶ A atualização dos valores pode ser realizada no link <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>.

A doação pode ser retificada no SPCE, ou devolvida à doadora ou ao doador quando a não identificação decorrer do erro de identificação por inscrição inválida de CPF ou CNPJ e houver elementos suficientes para identificar a origem da doação. Não sendo possível a retificação no SPCE ou a devolução, o valor deverá ser imediatamente recolhido ao Tesouro Nacional.

A devolução ou a determinação de devolução de recursos recebidos de origem não identificada não impede, se for o caso, a desaprovação das contas, quando constatado que a candidata ou o candidato se beneficiou, ainda que temporariamente, dos recursos ilícitos recebidos, assim como a apuração do fato na forma do art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 e do art. 14, § 10, da Constituição da República.

Capítulo 5

Gastos Eleitorais

5. Gastos Eleitorais

5.1. Conceito

São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites (Lei nº 9.504/1997, art. 26):

- confecção de material impresso de qualquer natureza, observado o tamanho fixado no § 2º do art. 37 e nos §§ 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 9.504/1997;
- propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação;
- aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;
- despesas com transporte ou deslocamento de candidata ou de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas;
- correspondências e despesas postais;



- despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições¹⁷;
- remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço a candidatas, candidatos e a partidos políticos;
- montagem e operação de carros de som, de propaganda e de assemelhados;
- realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura;
- produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;
- realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;
- custos com a criação e inclusão de páginas na internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no país;

- multas aplicadas, até as eleições, às candidatas, aos candidatos e partidos políticos por infração do disposto na legislação eleitoral;
- doações para outros partidos políticos, candidatas ou candidatos;
- produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral.

5.2. Impulsionamento de conteúdo

Inclui-se entre as formas de impulsionamento de conteúdo a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet.

Os gastos de impulsionamento de conteúdo são aqueles efetivamente prestados. Eventuais créditos contratados e não utilizados até o final da campanha, quando custeados com recursos do FEFC, devem ser transferidos ao Tesouro

Nacional. Quando custeados com recursos do Fundo Partidário ou Outros Recursos, os créditos não utilizados constituem sobras de campanha e devem ser transferidos para as contas bancárias do partido político, conforme a origem do recurso.

¹⁷ Observadas as seguintes exceções, que não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitam à prestação de contas e não podem ser pagas com recursos da campanha (art. 35, § 6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019):

I – combustível e manutenção de veículo automotor usado na campanha pela candidata ou pelo próprio candidato;

II – remuneração, alimentação e hospedagem da pessoa condutora do veículo usado na campanha;

III – alimentação e hospedagem própria;

IV – uso de linhas telefônicas registradas em nome da candidata ou candidato como pessoa física, até o limite de três linhas.

5.3. Gastos com serviços advocatícios e de contabilidade

As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizados em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha, podendo ser pagos com recursos de campanha, da candidata ou do candidato, do Fundo Partidário ou do FEFC.

5.4. Material impresso

Todo material de campanha eleitoral impresso deverá conter o número de inscrição no CNPJ ou o número de inscrição no CPF da(o) responsável pela confecção e de quem a(o) contratou, a respectiva tiragem (Lei nº 9.504/1997, art. 38, § 1º). As dimensões do produto devem constar do respectivo documento fiscal.

5.5. Gastos com combustível

Os gastos com combustível são considerados gastos eleitorais apenas na hipótese de apresentação de documento fiscal da despesa do qual conste o CNPJ da campanha, para abastecimento de:

- veículos em eventos de carreata, até o limite de 10 (dez) litros por veículo, desde que feita, na prestação de contas, a indicação da quantidade de carros e de combustíveis utilizados por evento;
- veículos utilizados a serviço da campanha, decorrentes da locação ou cessão temporária, desde que:
 - » os veículos sejam declarados originariamente na prestação de contas; e
 - » seja apresentado relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para este fim;
- geradores de energia, decorrentes da locação ou cessão temporária devidamente comprovada na prestação de contas, com a apresentação de relatório final do qual conste o volume e valor dos combustíveis adquiridos em na campanha para este fim.

5.6. Gastos realizados em benefício de outra(o)

Os gastos efetuados por candidata, candidato ou partido político em benefício de outra ou outro constituem doações estimáveis em dinheiro.

O pagamento efetuado por candidatas ou candidatos e partidos políticos de honorários de serviços advocatícios e de contabilidade, relacionados à prestação de serviços em campanhas eleitorais e em favor destas, bem como em processo judicial decorrente de defesa de interesses de candidata ou candidato ou partido político não constitui doação de bens e serviços estimáveis em dinheiro (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 1º).

5.7. Responsabilidade pelo pagamento

O pagamento dos gastos eleitorais contraídos pelas candidatas ou pelos candidatos será de sua responsabilidade, cabendo aos partidos políticos responder apenas pelos gastos que realizarem e por

aqueles que, após o dia da eleição, forem assumidos na forma do item 6.1 deste Manual.

5.8. Data inicial para realização de gastos

Os gastos de campanha somente poderão ser efetivados a partir da data da realização da respectiva convenção partidária, observado o preenchimento dos pré-requisitos:

- requerimento do registro de candidatura, conforme disciplina a Resolução TSE nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019;
- inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), obtido automaticamente após a solicitação do registro de candidatura e
- abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha.

Os gastos eleitorais efetivam-se na data da sua contratação, independentemente da realização do seu pagamento, e devem ser registrados na prestação de contas no ato da sua contratação.

A. Exceção

Os gastos destinados à preparação da campanha e à instalação física ou de página de internet de comitês de campanha de candidatas ou de candidatos e de partidos políticos poderão ser contratados a partir da data efetiva da realização da respectiva convenção partidária, desde que, cumulativamente:

- sejam devidamente formalizados; e
- o desembolso financeiro ocorra apenas após a obtenção do número de inscrição no CNPJ, a abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha e a emissão de recibos eleitorais, na forma do item 3.2 deste Manual.

5.9. Limite de gastos

Os limites de gastos de campanha serão definidos em lei e divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 18). A Presidência do Tribunal Superior Eleitoral publicará portaria até 20 de julho do ano das eleições para divulgação dos limites de gastos de campanha.

O limite de gastos fixado para o cargo da eleição majoritária é único e inclui os gastos realizados pela candidata ou pelo candidato ao cargo de vice ou suplente.

A. Cálculo do limite de gastos

Os limites de gastos para cada eleição compreendem os gastos realizados pela candidata, pelo candidato e os efetuados por partido político que possam ser individualizados¹⁸ e incluirão:

- o total dos gastos de campanha contratados pelas candidatas ou pelos candidatos;

¹⁸ As despesas e os custos assumidos pelo partido político e utilizados em benefício de uma ou mais candidaturas devem ser registrados integralmente como despesas financeiras na conta do partido e, concomitantemente, como transferências realizadas de recursos estimáveis às candidatas ou aos candidatos beneficiadas(os), de acordo com o valor individualizado, apurado mediante o rateio entre todas as candidaturas beneficiadas, na proporção do benefício auferido, exceto para as doações estimáveis decorrentes de gastos partidários com honorários de serviços advocatícios e de contabilidade.

- as transferências financeiras efetuadas para outros partidos políticos, outras candidatas ou outros candidatos; e
- as doações estimáveis em dinheiro recebidas.

Os valores transferidos pela candidata ou pelo candidato para a conta bancária do seu partido político serão considerados, para a aferição do limite de gastos, no que excederem as despesas realizadas pelo partido político em prol de sua candidatura¹⁹, excetuada a transferência das sobras de campanha.

Os gastos advocatícios e de contabilidade referentes a consultoria, assessoria e honorários, relacionados à prestação de serviços em campanhas eleitorais e em favor destas, bem como em processo judicial decorrente de defesa de interesses de candidata ou de candidato ou partido político, não estão sujeitos a limites de gastos ou a limites que possam impor dificuldade ao exercício da ampla defesa (Lei nº 9.504/1997, art. 18-A, parágrafo único).

B. Extrapolação de limites

Gastar recursos além dos limites estabelecidos sujeita as(os) responsáveis ao pagamento de multa no valor

equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que exceder o limite estabelecido, a qual deverá ser recolhida no prazo de cinco dias úteis contados da intimação da decisão judicial, podendo as(os) responsáveis responderem ainda por abuso do poder econômico, na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, sem prejuízo de outras sanções cabíveis (Lei nº 9.504/1997, art. 18-B).

A apuração do excesso de gastos poderá ser realizada no momento do exame da prestação de contas das candidatas, dos candidatos e dos partidos políticos, se houver elementos suficientes para sua constatação.

A apuração ou a decisão sobre o excesso de gastos no processo de prestação de contas não prejudica a análise das representações de que tratam o art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 e o art. 30-A da Lei nº 9.504/1997 nem a aplicação das demais sanções previstas na legislação.

¹⁹ Transferências financeiras de candidaturas para o partido menos as doações estimáveis em dinheiro recebidas pela candidatura e provenientes do mesmo partido político.

A apuração do excesso de gastos no processo de prestação de contas não impede que a verificação também seja realizada em outros feitos judiciais, a partir de outros elementos, hipótese em que o valor penalizado na prestação de contas deverá ser descontado da multa incidente sobre o novo excesso de gastos verificado em outros feitos, de forma a não permitir a duplicidade da sanção. A medida não impede que o total dos excessos revelados em todos os feitos possa ser considerado, quando for o caso, para a análise da gravidade da irregularidade e para a aplicação das demais sanções.

5.10. Uso vedado de recursos do Fundo Partidário e do FEFC

Os recursos provenientes do Fundo Partidário e do FEFC não poderão ser utilizados para pagamento de encargos decorrentes de inadimplência de pagamentos, tais como multa de mora, atualização monetária ou juros, ou para pagamento de multas relativas a atos infracionais, ilícitos penais, administrativos ou eleitorais.

5.11. Propaganda antecipada

As multas aplicadas por propaganda antecipada deverão ser arcadas pelos responsáveis e não serão computadas como despesas de campanha, ainda que aplicadas a quem venha a se tornar candidata ou candidato.

5.12. Forma de pagamento

Os gastos eleitorais de natureza financeira, ressalvados os de pequeno vulto e a hipótese de não obrigatoriedade de abrir conta bancária, só podem ser efetuados por meio de:

- cheque nominal cruzado;
- transferência bancária que identifique o CPF ou CNPJ da beneficiária ou do beneficiário;
- débito em conta;
- cartão de débito da conta bancária; ou
- PIX, somente se a chave utilizada for o CPF ou o CNPJ.

O pagamento de boletos registrados pode ser realizado diretamente por meio da conta bancária, vedado o pagamento em espécie.

É vedado o pagamento de gastos eleitorais com moedas virtuais.

5.13. Fundo de Caixa

Para efetuar pagamento de gastos de pequeno vulto, o órgão partidário, a candidata ou o candidato podem constituir reserva em dinheiro (Fundo de Caixa), desde que:

- observem o saldo máximo de 2% (dois por cento) dos gastos contratados, vedada a recomposição;
- os recursos destinados à respectiva reserva transitem previamente pela conta bancária específica de campanha;
- o saque para constituição do Fundo de Caixa seja realizado mediante cartão de débito ou emissão de cheque nominativo em favor da(o) própria(o) sacada(o).

Vices e suplentes não podem constituir Fundo de Caixa.

» O valor total do Fundo de Caixa para toda a campanha eleitoral não poderá ultrapassar 2% (dois por cento) dos gastos contratados.

» Gastos contratados, para fins de cômputo do valor do Fundo de Caixa, não incluem as doações realizadas a outras candidaturas e a partidos políticos.

A. Gastos de pequeno vulto

Consideram-se gastos de pequeno vulto as despesas individuais que não ultrapassem o limite de meio salário mínimo, ou seja, R\$ 606,00 (seiscentos e seis reais), vedado o fracionamento de despesa.

Os pagamentos de pequeno valor realizados por meio do Fundo de Caixa não dispensam a respectiva comprovação na forma do item 8 deste Manual.

5.14. Gastos com pessoal

A realização de gastos eleitorais para contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de

rua nas campanhas eleitorais, que se incluem nos gastos eleitorais com remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço a candidaturas e a partidos políticos, observará os seguintes critérios para aferição do limite de número de contratações (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A):

- 1.** em municípios com até 30 mil pessoas eleitoras, não excederá a 1% (um por cento) do eleitorado;
- 2.** nos demais municípios e no Distrito Federal, corresponderá ao número máximo apurado no item anterior, acrescido de uma contratação para cada mil pessoas eleitoras que excederem o número de 30 mil.

As contratações observarão ainda os seguintes limites nas candidaturas aos cargos a (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 1º):

- a.** Presidente da República e senador: em cada estado, o número estabelecido para o município com o maior número de pessoas eleitoras;
- b.** Governador de estado e do Distrito Federal: no estado, o dobro do limite estabelecido para o município com

o maior número de pessoas eleitoras, e, no Distrito Federal, o dobro do número alcançado no item 2, acima;

- c.** Deputado federal: na circunscrição, 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para o município com o maior número de eleitores, e, no Distrito Federal, esse mesmo percentual aplicado sobre o limite calculado na forma do item 2, considerado o eleitorado da maior região administrativa;
- d.** Deputado estadual ou distrital: na circunscrição, 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido para deputados federais. Os limites previstos devem ser observados para toda a campanha eleitoral, incluindo primeiro e segundo turnos, se houver.

Nos cálculos a fração será desprezada, se inferior a 0,5 (meio), e igualada a 1 (um), se igual ou superior (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 2º).

O Tribunal Superior Eleitoral, após o fechamento do cadastro eleitoral, divulgará, na sua página na internet²⁰, os limites quantitativos para contratação de pessoal.

²⁰ <https://divulgacontas.tse.jus.br/divulga/#/>

Para a aferição dos limites, serão consideradas e somadas as contratações realizadas diretas e indiretas realizadas pela candidata ou pelo candidato titular ao cargo eletivo e as que eventualmente tenham sido realizadas pelas(os) respectivas(os) candidatas ou candidatos a vice e a suplentes (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 3º, primeira parte).

A contratação de pessoal por partidos políticos limitar-se-á ao somatório dos limites dos cargos em que tiverem candidatura concorrendo à eleição.

O descumprimento dos limites sujeita a candidata ou o candidato às penas previstas no art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 5º) e não impede a apuração de eventual abuso de poder pela Justiça Eleitoral, por meio das vias próprias:

Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita:

Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

São excluídos dos limites fixados a militância não remunerada, pessoal contratado para apoio administrativo e operacional, fiscais e delegadas ou delegadas(os) credenciadas(os) para trabalhar nas eleições e advogadas ou advogados das candidatas, dos candidatos ou dos partidos políticos e das coligações (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 6º).

» A atividade de militância não remunerada deve ser registrada na prestação de contas como doação estimável em dinheiro, identificando individualmente os doadores.

A contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com a candidata, o candidato ou o partido político contratante, aplicando-se à pessoa física contratada o disposto na alínea h do inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei nº 9.504/1997, art. 100).

» Questões relativas ao recolhimento de tributos relacionados à contratação de pessoal devem ser sanadas junto à Receita Federal do Brasil.

As despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado.

5.15. Limites específicos

São estabelecidos os seguintes limites em relação ao total dos gastos de campanha contratados (Lei nº 9.504/1997, art. 26, parágrafo único):

- alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês de campanha: 10% (dez por cento);
- aluguel de veículos automotores: 20% (vinte por cento).

» Não são computadas como gastos de campanha contratados, para os fins dos limites específicos, as doações estimáveis em dinheiro recebidas e as doações realizadas a outras candidaturas e a partidos políticos.

5.16. Gastos de simpatizante

Com a finalidade de apoiar candidata ou candidato de sua preferência, qualquer eleitora ou eleitor pode realizar pessoalmente gastos totais até o valor de R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados (Lei nº 9.504/1997, art. 27).

O comprovante da despesa deve ser emitido em nome da eleitora ou do eleitor.

Se os bens e serviços objeto desses gastos forem entregues ou prestados à candidata ou ao candidato não são gastos de simpatizante e caracterizam doação, sujeitando-se a todas as regras aplicáveis às doações.

Fica excluído do limite de R\$ 1.064,10, e não compreende doação eleitoral, o pagamento de honorários decorrentes da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade, relacionados às campanhas eleitorais e em favor destas (Lei nº 9.504, art. 27, §§ 1º e 2º).

5.17. Aferição de regularidade de gastos

A autoridade judicial pode, a qualquer tempo, mediante provocação ou de ofício, determinar a realização de diligências para verificação da regularidade e efetiva realização dos gastos informados pelos partidos políticos, candidatas ou candidatos.

Para apuração da veracidade dos gastos eleitorais, a autoridade judicial, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer partido político, coligação, candidata ou candidato, pode determinar, em decisão fundamentada:

- a apresentação de provas aptas pelos respectivos pessoas fornecedoras para demonstrar a prestação de serviços ou a entrega dos bens contratados;
- a realização de busca e apreensão, exibição de documentos e demais medidas antecipatórias de produção de prova admitidas pela legislação;
- a quebra do sigilo bancário e fiscal da pessoa fornecedora e/ou de terceiras(os) envolvidas(os).

Independentemente da adoção das medidas aqui previstas, enquanto não apreciadas as prestações de contas finais do partido político, candidata ou do candidato, a autoridade judicial poderá intimá-la(o) a comprovar a realização dos gastos de campanha por meio de documentos e provas idôneas.

Capítulo 6

Data-Limite para a arrecadação e despesas

6. Data-Limite para a arrecadação e despesas

Partidos políticos, candidatas e candidatos podem arrecadar recursos e contrair obrigações até o dia da eleição. Após este prazo, é permitida a arrecadação de recursos exclusivamente para a quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição, as quais deverão estar integralmente quitadas até o prazo de entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

» Os documentos fiscais das despesas contraídas e não pagas até o dia da eleição devem ter data de emissão anterior à data da eleição.

6.1. Assunção de dívidas

Eventuais débitos de campanha não quitados até a data fixada para a apresentação da prestação de contas podem ser assumidos pelo partido político (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 3º; e Código Civil, art. 299).



A. Requisitos

A assunção da dívida de campanha somente é possível por decisão do órgão nacional de direção partidária, com apresentação, no ato da prestação de contas final, de:

- acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência da pessoa credora;
- cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo;
- indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido.

Assumida a dívida, o órgão partidário da respectiva circunscrição eleitoral passa a responder solidariamente com a candidata ou o candidato por todas as dívidas, hipótese em que a existência do débito não pode ser considerada como causa para a rejeição das contas da candidata ou do candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 4º).

B. Quitação

Os valores arrecadados para a quitação dos débitos de campanha devem, cumulativamente:

- observar os requisitos da Lei nº 9.504/1997 quanto aos limites legais de doação e às fontes lícitas de arrecadação;
- transitar necessariamente pela conta Doações para Campanha do partido político, prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos, excetuada a hipótese de pagamento das dívidas com recursos do Fundo Partidário;
- constar da prestação de contas anual do partido político até a integral quitação dos débitos, conforme o cronograma de pagamento e quitação apresentado por ocasião da assunção da dívida.

As despesas já contraídas e não pagas até a data fixada para a apresentação da prestação de contas devem ser comprovadas por documento fiscal hábil e idôneo emitido na data da realização da despesa ou por outro meio de prova permitido.



C. Dívidas de campanha de partido político

As dívidas de campanha contraídas diretamente pelos órgãos partidários não estão sujeitas à autorização da direção nacional e devem observar as exigências previstas no item B deste tópico.

D. Dívidas de campanha não assumidas pelo partido político

A existência de débitos de campanha não assumidos pelo partido, na forma prevista no item A deste tópico, será aferida na oportunidade do julgamento da prestação de contas da candidata ou do candidato e poderá ser considerada motivo para sua rejeição.

Capítulo 7

Sobras de campanha

7. Sobras de campanha

7.1. Conceito

Constituem sobras de campanha:

- a diferença positiva entre os recursos financeiros arrecadados e os gastos financeiros realizados em campanha;
- os bens e materiais permanentes adquiridos ou recebidos durante a campanha até a data da entrega das prestações de contas de campanha.
- os créditos contratados e não utilizados relativos a impulsionamento de conteúdos, exceto os pagos com recursos do FEFC.

7.2. Transferência

As sobras de campanhas eleitorais devem ser transferidas ao órgão partidário, na circunscrição do pleito, conforme a origem dos recursos e a filiação partidária da candidata ou do candidato, até a data prevista para a apresentação das contas à Justiça Eleitoral.

O comprovante de transferência das sobras de campanha deve ser juntado à prestação de contas da(o) responsável pelo recolhimento, sem prejuízo dos respectivos lançamentos na contabilidade do partido político.

A. Fundo Partidário

As sobras financeiras de recursos oriundos do Fundo Partidário devem ser transferidas para a conta bancária do partido político destinada à movimentação de recursos dessa natureza.

B. Outros recursos

As sobras financeiras de outros recursos devem ser depositadas na conta bancária do partido político destinada à movimentação de Outros Recursos, prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos²¹.

C. Transferência direta pelos bancos

Caso não ocorra a transferência das sobras de campanha à direção partidária até 20 de dezembro do ano eleitoral, os bancos devem efetuar a transferência do saldo financeiro da conta bancária eleitoral de candidatas e candidatos, na forma do art. 31 da Lei nº 9.504/1997, dando imediata ciência ao juízo ou tribunal competente para a análise da prestação de contas da candidata ou do candidato, observando o seguinte:

²¹ Resolução TSE nº 23.604/2019, art. 6º, III.

- os bancos devem comunicar o fato previamente à(ao) titular da conta bancária para que proceda, em até 10 (dez) dias antes de 20 de dezembro do ano eleitoral, à transferência das sobras financeiras de campanha ao partido político a que estiver vinculada(o), observada a circunscrição do pleito;
- decorrido o prazo anterior sem que a(o) titular da conta bancária tenha efetivado a transferência, os bancos devem efetuar a transferência do saldo financeiro existente para o órgão diretivo do partido político da circunscrição da eleição, o qual será o exclusivo responsável pela identificação desses recursos, sua utilização, contabilização e respectiva prestação de contas à Justiça Eleitoral;
- efetivada a transferência, os bancos devem encaminhar ofício à Justiça Eleitoral, no prazo de até 10 (dez) dias.

Inexistindo conta bancária do órgão partidário na circunscrição da eleição, a transferência de sobras deve ser feita para a conta bancária do órgão nacional do partido político. Nesta hipótese, além da comunicação à Justiça Eleitoral no prazo de até 10 (dez) dias, os

bancos devem, em igual prazo, encaminhar ofício ao Tribunal Superior Eleitoral e ao órgão partidário nacional, identificando a(o) titular da conta bancária encerrada e a conta bancária de destino.

Ocorrendo dúvida sobre a identificação da conta de destino, o banco pode requerer informação à Justiça Eleitoral, no prazo de até 10 (dez) dias antes de 20 de dezembro do ano eleitoral.

7.3. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)

Os valores do FEFC eventualmente não utilizados não constituem sobras de campanha e devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional integralmente por meio de GRU²² no momento da prestação de contas.

²² <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-passo-a-passo-para-o-preenchimento-da-gru>.



Na hipótese de aquisição de bens permanentes com recursos do FEFC, estes devem ser alienados ao final da campanha, revertendo os valores obtidos com a venda para o Tesouro Nacional, devendo o recolhimento dos valores ser realizado por meio de GRU e comprovado por ocasião da prestação de contas. Estes bens permanentes devem ser alienados pelo valor de mercado, circunstância que deve ser comprovada quando solicitada pela Justiça Eleitoral.

Os bancos devem efetuar a transferência do saldo financeiro da conta bancária de candidatas, candidatos e de partidos políticos destinada à movimentação do FEFC ao Tesouro Nacional, por meio de GRU, dando imediata ciência ao juízo ou tribunal competente para a análise da respectiva prestação de contas (Lei nº 9.504/1997, art. 16-C, § 11), caso candidatas, candidatos e partidos políticos não o façam até 31 de dezembro do ano eleitoral.

Capítulo 8

Comprovação da arrecadação de recursos e da realização de gastos

8. Comprovação da arrecadação de recursos e da realização de gastos

8.1. Recursos financeiros

A comprovação dos recursos financeiros arrecadados deve ser feita mediante:

- os recibos eleitorais emitidos, na hipótese de doações arrecadadas pela internet, na página de campanha da candidata, do candidato ou partido;
- correspondência entre o número do CPF/CNPJ da doadora ou do doador registrado na prestação de contas e aquele constante do extrato eletrônico da conta bancária;
- documento bancário que identifique o CPF/CNPJ das doadoras ou dos doadores.

8.2. Ausência de movimentação financeira

A comprovação da ausência de movimentação de recursos financeiros deve ser efetuada mediante a apresentação dos correspondentes extratos bancários ou de declaração firmada pela(o) gerente da instituição financeira.

» Os extratos bancários apresentados devem observar sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira.

A ausência de movimentação financeira não isenta a prestadora ou o prestador de contas de efetuar o registro das doações estimáveis em dinheiro.

8.3. Fonte vedada

Havendo indício de recurso recebido de fonte vedada, apurado durante o exame, a prestadora ou o prestador de contas deve esclarecer a situação e comprovar a regularidade da origem dos recursos.

8.4. Doações de bens ou serviços estimáveis em dinheiro ou cessões temporárias

A comprovação dos recursos estimáveis em dinheiro arrecadados deve ser feita mediante os recibos eleitorais emitidos e os documentos comprobatórios indicados a seguir.

As doações de bens ou serviços estimáveis em dinheiro, observado o disposto no art. 38, § 2º, da Lei nº 9.504/1997, ou as cessões temporárias devem ser avaliadas com base nos preços praticados no mercado no momento de sua realização e comprovadas por:

- documento fiscal ou, quando dispensado, comprovante emitido em nome da doadora ou do doador ou instrumento de doação, quando se tratar de doação de bens de propriedade da doadora ou do doador pessoa física em favor de candidata, de candidato ou partido político;
- instrumento de cessão e comprovante de propriedade do bem cedido pela doadora ou pelo doador, quando se tratar de bens cedidos temporariamente à candidata, ao candidato ou ao partido político;
- instrumento de prestação de serviços, quando se tratar de produto de serviço próprio ou atividades econômicas prestadas por pessoa física em favor de candidata, candidato ou partido político.

A avaliação do bem ou do serviço doado deve ser feita mediante a comprovação dos preços habitualmente praticados pela doadora ou pelo doador e a sua adequação aos praticados no mercado, com indicação da fonte de avaliação.

Além dos documentos previstos, poderão ser admitidos outros meios de prova lícitos para a demonstração das doações, cujo valor probante será aferido na oportunidade do julgamento da prestação de contas.

8.5. Cancelamento de documentos fiscais

O cancelamento de documentos fiscais deve observar o disposto na legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular.

8.6. Gastos eleitorais

A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome das candidatas, dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação da(o) emitente e da destinatária, do destinatário ou das(os) contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

Além do documento fiscal idôneo, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gastos, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:

- contrato;
- comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço;
- comprovante bancário de pagamento; ou
- Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP).

Quando dispensada a emissão de documento fiscal, na forma da legislação aplicável, a comprovação da despesa pode ser realizada por meio de recibo que contenha a data de emissão, a descrição e o valor da operação ou prestação, a identificação da destinatária ou do destinatário e da(o) emitente pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço e assinatura da prestadora ou do prestador de serviços.

A comprovação dos gastos eleitorais com material de campanha impresso deve indicar no corpo do documento fiscal as dimensões do material produzido.

A Justiça Eleitoral poderá exigir a apresentação de elementos probatórios adicionais que comprovem a entrega dos produtos contratados ou a efetiva prestação dos serviços declarados.

8.7. Dispensa de comprovação

Ficam dispensadas de comprovação na prestação de contas:

- a cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente;
- as doações estimáveis em dinheiro entre candidatas, candidatos ou partidos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas da(o) responsável pelo pagamento da despesa;
- a cessão de automóvel de propriedade de candidata, candidato, de cônjuge e de suas(seus) parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.

A dispensa de comprovação não afasta a obrigatoriedade de serem registrados na prestação de contas os valores das operações acima elencadas.

Considera-se uso comum:

- de sede: o compartilhamento de imóvel para instalação de comitê de campanha e realização de atividades de campanha eleitoral, compreendido no valor da doação estimável o uso e/ou a locação do espaço, assim como as despesas para sua manutenção, excetuadas as despesas com pessoal;
- de materiais de propaganda eleitoral: a produção de materiais publicitários que beneficiem duas ou mais campanhas eleitorais.

Não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitam à prestação de contas e não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas de natureza pessoal:

- combustível e manutenção de veículo automotor usado pela candidata ou pelo candidato na campanha;
- remuneração, alimentação e hospedagem da pessoa condutora do veículo a que se refere o item acima;
- alimentação e hospedagem própria;
- uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três linhas.



8.8. Gastos com passagens aéreas

Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informadas(os) as beneficiárias ou os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 8º).

8.9. Recursos próprios

No caso de utilização de recursos financeiros próprios, a Justiça Eleitoral pode exigir da candidata ou do candidato a apresentação de documentos comprobatórios da respectiva origem e disponibilidade.

A comprovação de origem e disponibilidade deve ser instruída com documentos e elementos que demonstrem a procedência lícita dos recursos e a sua não caracterização como fonte vedada.

Capítulo 9

Prestação de contas

9. Prestação de contas

9.1. Obrigação de prestar contas

Devem prestar contas à Justiça Eleitoral:

- A candidata ou o candidato;
- os órgãos partidários, ainda que constituídos sob forma provisória:
 - » nacionais;
 - » estaduais;
 - » distritais; e
 - » municipais.
- » Consideram-se obrigados a prestar contas de campanha os órgãos partidários que, após a data prevista no Calendário Eleitoral para o início das convenções partidárias e até a data da eleição de segundo turno, se houver:

- estiverem vigentes;
- que recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, estando obrigados, nesse caso, a prestar contas do período em que regularmente funcionaram;
- tendo havido a perda da vigência ou a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, no que se refere ao período de seu regular funcionamento.

9.2. Responsabilidade sobre as contas

A candidata ou o candidato fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ela(ele) designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, inclusive os relativos à quota do Fundo Partidário ou do FEFC, recursos próprios ou doações de pessoas físicas (Lei nº 9.504/1997, art. 20).

A candidata ou o candidato é solidariamente responsável com a pessoa responsável pela administração financeira de campanha e com a(o) profissional de contabilidade pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, observado o disposto na Lei nº 9.613/1998 e na Resolução nº 1.530/2017, do Conselho Federal de Contabilidade.

A prestação de contas será elaborada pela candidata ou candidato, e será encaminhada à autoridade judicial competente para o julgamento das contas, diretamente por ela(ele), no prazo informado no item 9.5, abrangendo, se for o caso, a(o) vice ou a(o) suplente e todas aquelas ou todos aqueles que a(o) tenham substituído, em conformidade com os respectivos períodos de composição da chapa.

A(O) presidente, a tesoureira ou o tesoureiro do partido político e a(o) profissional habilitado em contabilidade são responsáveis

pela veracidade das informações relativas à prestação de contas do partido.

A. Atribuições da(o) profissional habilitada(o) em contabilidade

A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitada(o) em contabilidade desde o início da campanha, a(o) qual realizará os registros contábeis pertinentes e auxiliará a candidata ou o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas neste Manual.

B. Constituição de advogada ou advogado

É obrigatória a constituição de advogada ou de advogado para a prestação de contas.

Os processos de prestação de contas tramitam, obrigatoriamente, no Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

9.3. Obrigação de prestar contas – situações específicas

A ausência de movimentação de recursos de campanha, financeiros ou estimáveis em dinheiro, não isenta a candidata, o candidato e o partido político do dever de prestar contas.

A. Candidaturas

A candidata ou o candidato que renunciar à candidatura, dela desistir, for substituída(o) ou tiver o registro indeferido pela Justiça Eleitoral deve prestar contas em relação ao período em que participou do processo eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha.

Se a candidata ou o candidato falecer, a obrigação de prestar contas, referente ao período em que realizou campanha, será de responsabilidade da pessoa administradora financeira da campanha ou, na sua ausência, no que for possível, da respectiva direção partidária.

B. Partido político

Sem prejuízo da prestação de contas anual prevista na Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários, em todas as suas esferas, devem prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência, da seguinte forma:

- o órgão partidário municipal deve encaminhar a prestação de contas à respectiva zona eleitoral;
- o órgão partidário estadual ou distrital deve encaminhar a prestação de contas ao respectivo tribunal regional eleitoral;

- o órgão partidário nacional deve encaminhar a prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral.

Consideram-se obrigados a prestar contas de campanha os órgãos partidários vigentes conforme item 9.1 deste Manual.

A extinção ou dissolução de comissão provisória ou do diretório partidário não exclui a obrigação de apresentação das contas relativas ao período de vigência da comissão ou do diretório. Nesta hipótese, a prestação de contas deve ser apresentada pela esfera partidária imediatamente superior ou por quem suceder a comissão ou o diretório, com a identificação das(os) dirigentes partidárias(os) de acordo com o período de atuação.

Na hipótese de dissidência partidária, independente do resultado do julgamento a respeito da legitimidade da representação, o partido político e as candidatas ou os candidatos dissidentes estão sujeitos às normas de arrecadação e aplicação de recursos, devendo apresentar as respectivas prestações de contas à Justiça Eleitoral.

A responsabilidade pela regularidade das contas recai pessoalmente sobre as/os dirigentes, candidatas ou candidatos dissidentes, em relação às próprias contas.

9.4. Relatórios financeiros e prestação de contas parcial

Os partidos políticos, as candidatas e os candidatos são obrigadas(os), durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação

em página criada na internet²³ para esse fim (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º):

- os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento;
- relatório parcial discriminando as transferências do Fundo Partidário e do FEFC, os recursos financeiros e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.

A. Relatórios financeiros de campanha

Os relatórios de campanha serão informados à Justiça Eleitoral, por meio do SPCE, em até 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data de recebimento da doação, considerando-se data de recebimento a de efetivo crédito nas contas bancárias de campanha, sempre que a arrecadação for realizada por cartão de crédito ou mecanismo de financiamento coletivo.

O relatório financeiro de campanha será disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral na sua página na internet em até 48 (quarenta e oito) horas, ocasião em que poderão ser divulgados também os gastos eleitorais declarados, bem como as doações estimáveis em dinheiro, observando-se as diretrizes para o tratamento de dados pessoais da Lei nº 13.709/2018 e da Resolução TSE nº 23.650/2021.

A ausência de informações sobre o recebimento de recursos financeiros deve ser examinada, de acordo com a quantidade e os valores envolvidos, na oportunidade do julgamento da prestação de contas, podendo levar à sua desaprovação.

²³ <https://divulgacontas.tse.jus.br/divulga/#/>

B. Prestação de contas parcial

A prestação de contas parcial deve ser feita em meio eletrônico, por intermédio do SPCE, com a discriminação dos recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro para financiamento da campanha eleitoral, contendo, cumulativamente:

- a indicação dos nomes, do CPF das pessoas físicas doadoras ou do CNPJ dos partidos políticos, candidatas ou candidatos doadores;
- a especificação dos respectivos valores doados;
- a identificação dos gastos realizados, com detalhamento das fornecedoras ou dos fornecedores;
- a indicação da advogada ou do advogado.

A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, entre os dias 9 a 13 de

setembro do ano eleitoral, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até o dia 8 de setembro do mesmo ano.

No dia 15 de setembro do ano eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral divulgará, na sua página na internet, a prestação de contas parcial de campanha de candidatas, candidatos e partidos políticos com a indicação dos nomes, do CPF ou CNPJ das doadoras ou dos doadores e dos respectivos valores doados (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º, inciso II, e § 7º), observando-se as diretrizes para o tratamento de dados pessoais da Lei nº 13.709/2018 e da Resolução TSE nº 23.650/2021.

A não apresentação tempestiva da prestação de contas parcial ou a sua entrega de forma que não corresponda à efetiva movimentação de recursos caracteriza infração grave, salvo justificativa acolhida pela justiça

eleitoral, a ser apurada na oportunidade do julgamento da prestação de contas final.

C. Retificação de contas

Após os prazos previstos para entrega dos relatórios financeiros e da prestação de contas parcial, as informações enviadas à Justiça Eleitoral somente podem ser retificadas com a apresentação de justificativa que seja aceita pela autoridade judicial e, no caso da prestação de contas parcial, mediante a apresentação de prestação retificadora.

Findo o prazo para apresentação das contas finais, não é admitida a retificação das contas parciais, e qualquer alteração deve ser feita por meio da retificação das contas finais, com a apresentação de nota explicativa.

D. Encaminhamento e autuação

As prestações de contas parciais encaminhadas à Justiça Eleitoral serão autuadas automaticamente no PJe quando do envio pelo SPCE.

Uma vez recebido pela prestadora ou pelo prestador de contas, no SPCE, o número do processo judicial eletrônico autuado, deve ser providenciada a juntada do instrumento de procuração da advogada ou do advogado diretamente do PJe.

A relatora ou o relator ou a juíza ou o juiz eleitoral pode determinar o imediato início da análise das contas com base nos dados constantes da prestação de contas parcial e nos demais que estiverem disponíveis. Apresentadas as prestações de contas parciais, a Secretaria

Judiciária ou a Zona Eleitoral poderá providenciar, de ofício, o sobrestamento dos respectivos autos até a apresentação das contas finais de campanha, caso não tenha a havido a determinação, pela autoridade judicial, do início da análise das contas.

9.5. Prestações de contas finais

As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de candidatas, candidatos e partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas, via SPCE, à Justiça Eleitoral até o 1º de novembro de 2022²⁴.

Havendo segundo turno, devem prestar suas contas até o 19 de novembro de 2022²⁵, apresentando a movimentação financeira referente aos dois turnos:

- a candidata ou o candidato que disputar o segundo turno;
- os órgãos partidários vinculados à candidata

ou ao candidato que concorre ao segundo turno, ainda que coligados, em todas as suas esferas;

- os órgãos partidários ainda que não referidos no item anterior, efetuem doações ou gastos às candidaturas concorrentes no segundo turno.

As candidatas, os candidatos e os partidos que disputarem o segundo turno da eleição devem informar à Justiça Eleitoral, via SPCE, as doações e os gastos que tenham realizado em favor das candidatas ou dos candidatos eleitas(os) no primeiro turno até o 1º de novembro de 2022.

²⁴ Data correspondente ao 30º dia posterior à realização das eleições ([Lei nº 9.504/1997, art. 29, III](#)).

²⁵ Data correspondente ao 20º dia posterior à realização do segundo turno ([Lei nº 9.504/1997, art. 29, IV](#)).

9.6. Omissão

Findos os prazos fixados para a prestação de contas sem que as contas tenham sido prestadas, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

- a identificação dos omissos será feita em até 3 (três) dias do prazo para prestar contas;
- mediante integração entre SPCE e o PJe, com a autuação da informação na classe processual de Prestação de Contas, caso tenha havido omissão na prestação de contas parcial, ou a juntada na respectiva prestação de contas parcial já autuada;
- a unidade técnica, nos tribunais, e o chefe de cartório, nas zonas eleitorais, instruirão os autos com os extratos eletrônicos encaminhados à Justiça Eleitoral, com as informações relativas ao recebimento de recursos do Fundo Partidário, do Fundo Especial de

Financiamento de Campanhas, de fonte vedada e/ou de origem não identificada e com os demais dados disponíveis;

- a candidata ou o candidato com prestação de contas parcial já autuada será intimada(o) pelo mural eletrônico, até a diplomação das eleitas ou dos eleitos e, após, pelo Diário da Justiça Eleitoral Eletrônico, para, no prazo de 3 (três) dias, prestar as contas finais; a omissa ou o omissos será citado para prestar as contas no prazo de 3 (três) dias, devendo observar os procedimentos do item 18.1 deste Manual;
- a Secretaria Judiciária ou a(o) chefe de cartório na Zona Eleitoral dará vista da prestação de contas ao Ministério Público, que deverá emitir parecer no prazo de 2 (dois) dias;
- os autos serão encaminhados à relatora ou ao relator ou à juíza ou ao juiz eleitoral, conforme o caso;

- permanecendo a omissão, as contas serão julgadas como não prestadas (Lei nº 9.504/1997, art. 30, inciso IV).

A citação do omissos deve ser pessoal e observar os procedimentos previstos no item 18 deste Manual.

A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação das eleitas ou dos eleitos enquanto perdurar a omissão (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 2º).

A Justiça Eleitoral divulgará na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet o nome das candidatas, dos candidatos e dos órgãos partidários que não apresentaram as contas de suas campanhas.

Será feito o registro no cadastro eleitoral quanto à apresentação das contas, sua extemporaneidade ou inadimplência.

9.7. Elaboração e apresentação das contas

A. Composição

Ressalvada a prestação de contas simplificada (vide o item 9.9 deste Manual), a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta, cumulativamente:

- pelas seguintes informações:

- » qualificação da prestadora ou do prestador de contas, observado:

- da candidata ou do candidato: a indicação do seu nome, das(os) responsáveis pela administração de recursos, da(o) profissional habilitado em contabilidade e da advogada ou do advogado;
 - do partido político: a indicação da(o) seu presidente, da tesoureira ou do tesoureiro, da(o) profissional habilitada(o) em contabilidade e da advogada ou do advogado.

- » recibos eleitorais emitidos;

- » recursos arrecadados, com a identificação das doações recebidas, financeiras ou estimáveis em dinheiro, e daqueles oriundos da comercialização de bens e/ou serviços e da promoção de eventos;

- » receitas estimáveis em dinheiro, com a descrição:

- do bem recebido, da quantidade, do valor unitário e da avaliação pelos preços praticados no mercado, com a identificação da fonte de avaliação;
 - do serviço prestado, da avaliação realizada em conformidade com os preços habitualmente praticados pela prestadora ou pelo prestador, sem prejuízo da apuração dos preços praticados pelo mercado, caso o valor informado seja inferior a estes;

- » doações efetuadas a outros partidos políticos e/ou outras candidatas ou candidatos;

- » transferência financeira de recursos entre o partido político, candidatas e candidatos, e vice-versa;

- » receitas e despesas, especificadas;

- » eventuais sobras ou dívidas de campanha;

- » gastos individuais realizados pela candidata, pelo candidato e pelo partido político;

- » gastos realizados pelo partido político em favor de candidatas e candidatos;

» comercialização de bens e/ou serviços e/ou da promoção de eventos, com a discriminação do período de realização, o valor total auferido, o custo total, as especificações necessárias à identificação da operação e a identificação das(os) adquirentes dos bens ou serviços;

» conciliação bancária, com os débitos e os créditos ainda não lançados pela instituição bancária, a qual deve ser apresentada quando houver diferença entre o saldo financeiro do demonstrativo de receitas e despesas e o saldo bancário registrado em extrato, de forma a justificá-la;

- pelos seguintes documentos:

» extratos das contas bancárias abertas em nome da candidata, do candidato e do partido político, inclusive da conta aberta para movimentação de recursos do Fundo Partidário e daquela aberta para movimentação de recursos do FEFC, quando for o caso, demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira;

» comprovantes de recolhimento (depósitos/transferências) à respectiva direção partidária das sobras financeiras de campanha;

» documentos fiscais que comprovem a regularidade dos gastos eleitorais realizados com recursos do Fundo Partidário e com recursos do FEFC, na forma do item 8 deste Manual;

» declaração firmada pela direção partidária comprovando o recebimento das sobras de campanha constituídas por bens e/ou materiais permanentes, quando houver;

» autorização do órgão nacional de direção partidária, na hipótese de assunção de dívida pelo partido político, acompanhada dos documentos previstos no item 6.1 deste Manual;

» instrumento de mandato para constituição de advogada ou de advogado para a prestação de contas, caso não tenha sido apresentado na prestação de contas parcial;

» comprovantes bancários de devolução dos recursos recebidos de fonte vedada ou guia de recolhimento ao Tesouro Nacional dos recursos provenientes de origem não identificada;

» notas explicativas, com as justificações pertinentes.

Para subsidiar o exame das contas prestadas, a Justiça Eleitoral poderá requerer a apresentação dos seguintes documentos:

- documentos fiscais e outros legalmente admitidos que comprovem a regularidade dos gastos eleitorais;
- outros elementos que comprovem a movimentação realizada na campanha eleitoral, inclusive a proveniente de bens ou serviços estimáveis em dinheiro.

B. Forma de apresentação de documentos

Os documentos da prestação de contas devem ser digitalizados e apresentados exclusivamente em mídia eletrônica observando os seguintes parâmetros, sob pena de reapresentação:

- formato PDF com reconhecimento ótico de caracteres (OCR), tecnologia que torna os dados pesquisáveis;
- arquivos com tamanho não superior a 10 megabytes, organizados em pastas nominadas de forma a identificar o documento a que se referem.

» Após a digitalização dos documentos, a sua inserção em mídia eletrônica deve ser realizada por meio de upload no SPCE.

» A mídia eletrônica utilizada deve ser compatível para leitura por meio de entrada USB.

Os documentos integrantes da mídia eletrônica devem ser digitalizados pela prestadora ou pelo prestador de contas, observando-se o disposto no art. 4º da Portaria-TSE nº 1.143, de 17 de novembro de 2016, e os requisitos previstos nas Portarias-TSE nº 886, de 22 de novembro de 2017, e nº 1.216, de 13 de dezembro de 2016, e juntados no PJe. Os documentos serão armazenados em ambiente virtual e divulgados na página de internet do Tribunal Superior Eleitoral.

Quando a forma de apresentação dos documentos não observar o previsto nesta norma ou puder ensejar prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa ou, ainda, prejudicar a análise do processo, caberá à magistrada ou ao magistrado determinar nova apresentação e a exclusão dos anteriormente juntados (Resolução-TSE nº 23.417/2014, art. 17, parágrafo único).

C. Entrega e autuação

A prestação de contas deve ser elaborada e transmitida pela internet por meio do SPCE, após o que será disponibilizada na página da Justiça Eleitoral na internet (Portal DivulgaCandContas).

Recebidas na base de dados da Justiça Eleitoral as informações de que trata o item 9.7 – A deste Manual, o sistema emitirá o extrato da prestação de contas, certificando a entrega eletrônica.

O SPCE fará automaticamente a autuação e a integração do PJe. As prestações de contas finais enviadas pelo SPCE serão juntadas automaticamente pelo PJe às prestações de contas parciais, caso tenham sido entregues. Na hipótese de omissão de contas parciais, as contas finais serão autuadas e distribuídas automaticamente no PJe.

Os documentos de que trata o item 9.7 acima serão apresentados aos tribunais

eleitorais e às zonas eleitorais competentes exclusivamente em mídia eletrônica gerada pelo SPCE até 1º de novembro de 2022, na hipótese de primeiro turno, e até 19 de novembro de 2022, na hipótese de segundo turno.

» A digitalização de documentos deve observar os procedimentos descritos no subitem B deste item.

D. Recibo de entrega

O recibo de entrega da prestação de contas somente será emitido após o recebimento da mídia eletrônica com os documentos da prestação de contas e o extrato de prestação de contas.

» Quando a mídia eletrônica for gravada sem observar o upload dos documentos pelo SPCE ou for gerada com erro, o sistema emitirá aviso de impossibilidade técnica de recebimento da mídia, que deverá ser reapresentada.

A omissão na entrega da mídia eletrônica com os documentos da prestação de contas sujeita o prestador de contas ao julgamento de contas como não prestadas.

E. Encaminhamento de autos para exame técnico

Os documentos digitalizados e entregues exclusivamente em mídia eletrônica serão incluídos automaticamente no PJe, após o que os autos digitais serão encaminhados à unidade ou ao responsável por sua análise técnica para que seja desde logo iniciada.

9.8. Impugnação

Com a apresentação das contas finais, a Justiça Eleitoral disponibilizará as informações relativas à prestação de contas, bem como os extratos eletrônicos encaminhados à Justiça Eleitoral, na página do TSE na internet (Portal DivulgaCandContas), e determinará a imediata publicação de edital para que

qualquer partido político, candidata, candidato ou coligação, o Ministério Público, bem como qualquer outra interessada ou outro interessado, possam impugná-las no prazo de 3 (três) dias.

A impugnação à prestação de contas deve ser formulada em petição fundamentada dirigida à relatora ou ao relator ou à juíza ou ao juiz eleitoral, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias.

A disponibilização das informações, bem como a apresentação ou não de impugnação não impedem a atuação do Ministério Público como custos legis nem o exame das contas pela unidade técnica ou pela(o) responsável por sua análise no cartório eleitoral.

As impugnações à prestação de contas serão juntadas aos próprios autos da prestação de contas, e o cartório eleitoral ou a Secretaria do Tribunal notificará imediatamente a candidata, o candidato

ou o órgão partidário, para manifestação no prazo de 3 (três) dias.

Apresentada ou não a manifestação da impugnada ou do impugnado, transcorrido o prazo para manifestação de 3 (três) dias, o cartório eleitoral ou a Secretaria do Tribunal cientificará o Ministério Público da impugnação, caso o órgão não seja o impugnante.

O não oferecimento de impugnação à prestação de contas pelo Ministério Público não obsta sua atuação como fiscal da lei e a interposição de recurso contra o julgamento da prestação de contas.

9.9. Prestação de contas simplificada

A. Aplicabilidade

A Justiça Eleitoral adotará sistema simplificado de prestação de contas

para candidatas ou candidatos que apresentarem movimentação financeira correspondente, no máximo, ao valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixado pela Lei nº 13.165/2015, atualizado monetariamente, a cada eleição, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por índice que o substituir.

Considera-se movimentação financeira o total das despesas contratadas e registradas na prestação de contas.

» Não são computadas como gastos de campanha contratados, para os fins da adoção ou não do exame simplificado de contas, as doações estimáveis em dinheiro recebidas e as doações realizadas a outras candidatas, outros candidatos e partidos políticos.

Poderão ser submetidas ao exame simplificado também as contas das candidatas e dos candidatos não eleitos.

B. Conceito

O sistema simplificado de prestação de contas se caracteriza pela análise informatizada e simplificada da prestação de contas.

C. Composição

A prestação de contas simplificada será composta exclusivamente pelas informações prestadas diretamente no SPCE e pelos seguintes documentos:

- extratos das contas bancárias abertas em nome da candidata, do candidato e do partido político, inclusive da conta aberta para movimentação de recursos do Fundo Partidário e daquela aberta para movimentação de recursos do FEFC, quando for o caso, demonstrando a movimentação

financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira;

- comprovantes de recolhimento (depósitos/transferências) à respectiva direção partidária das sobras financeiras de campanha;
- declaração firmada pela direção partidária comprovando o recebimento das sobras de campanha constituídas por bens e/ou materiais permanentes, quando houver;
- instrumento de mandato para constituição de advogada ou advogado para a prestação de contas, caso não tenha sido apresentado na prestação de contas parcial.

Na hipótese de utilização de recursos provenientes do Fundo Partidário e/ou do FEFC, além das informações transmitidas

pelo SPCE e dos documentos acima relacionados, o prestador de contas deverá apresentar os respectivos comprovantes dos recursos utilizados.

Os documentos devem ser digitalizados e apresentados exclusivamente em mídia eletrônica observando os seguintes parâmetros, sob pena de reapresentação:

I - formato PDF com reconhecimento ótico de caracteres (OCR), tecnologia que torna os dados pesquisáveis;

II - arquivos com tamanho não superior a 10 megabytes, organizados em pastas nominadas de forma a identificar o documento a que se referem.

D. Apresentação

A adoção da prestação de contas simplificada não dispensa sua apresentação por meio do SPCE, disponibilizado na página da Justiça Eleitoral na internet.

» A forma de apresentação de contas deve observar o disposto no item 9.7 deste manual, subitens B, C e D.

E. Recebimento e processamento

O recebimento e/ou processamento da prestação de contas simplificada, assim como de eventual impugnação oferecida, observará o disposto para as prestações de contas completas.

Concluída a análise técnica, caso tenha sido oferecida impugnação ou detectada qualquer irregularidade pelo órgão técnico, a prestadora ou o prestador de contas será intimado para se manifestar no prazo de 3 (três) dias, podendo juntar documentos.

Apresentada ou não a manifestação da prestadora ou do prestador de contas, o Ministério Público terá vista dos autos para apresentação de parecer no prazo de 2 (dois) dias.

F. Análise técnica

A análise técnica da prestação de contas simplificada será realizada de forma informatizada, com o objetivo de detectar:

- recebimento direto ou indireto de fontes vedadas;
- recebimento de recursos de origem não identificada;
- extrapolação de limite de gastos;
- omissão de receitas e gastos eleitorais;
- não identificação de doadoras ou de doadores originários, nas doações recebidas de outras prestadoras ou de outros prestadores de contas.

Na hipótese de recebimento de recursos do Fundo Partidário e/ou do FEFC, além da verificação informatizada da prestação de contas simplificada, deve ser feito o exame da respectiva documentação que comprove a correta utilização dos valores.

» No exame técnico dos documentos comprobatórios das prestações de contas, poderá ser utilizada a técnica de amostragem.

G. Dispensa de realização de diligências

As contas serão julgadas sem a realização de diligências, desde que verificadas, cumulativamente, as seguintes hipóteses:

- inexistência de impugnação;
- emissão de parecer conclusivo pela unidade técnica nos tribunais, ou pela(o) chefe de cartório nas zonas eleitorais, sem identificação de nenhuma das irregularidades previstas no item F acima; e
- parecer favorável do Ministério Público.

Na hipótese de não ser possível decidir de plano sobre a regularidade das contas, com os elementos constantes dos autos, a autoridade eleitoral determinará a realização de diligência, que deverá ser cumprida no prazo de 3 (três) dias, seguindo-se novas manifestações da unidade técnica, nos tribunais, e da(o) chefe de cartório, nas zonas eleitorais, e do Ministério Público, este no prazo de 2 (dois) dias, após o que o feito será julgado.

» O procedimento de conversão de exame de contas simplificadas para exame ordinário não está mais previsto na norma. Assim, quando houver necessidade de aprofundamento do exame, ele pode ser realizado no próprio rito das contas simplificadas, com a realização de diligências.

Capítulo 10

Análise e julgamento das contas

10. Análise e julgamento das contas

10.1. Requisição de técnicos para análise das contas

Para efetuar o exame das contas, a Justiça Eleitoral pode requisitar técnicas ou técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados e dos tribunais e conselhos de contas dos Municípios, pelo tempo que for necessário, bem como servidoras ou servidores ou empregadas ou empregados públicos do Município, ou nele lotadas(os), ou ainda pessoas idôneas da comunidade, devendo a escolha recair preferencialmente naqueles que tenham formação técnica compatível, dando ampla e imediata publicidade de cada requisição (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 3º).

Para a requisição de técnicas ou de técnicos e outras colaboradoras ou outros colaboradores, devem ser observados os impedimentos aplicáveis às(aos) integrantes de mesas receptoras de votos, previstos nos incisos de I a III do § 1º do art. 120 do Código Eleitoral.



Art. 120, § 1º da Lei nº 4.737, de 29 de julho de 1965:

§ 1º Não podem ser nomeados presidentes e mesários:

I - os candidatos e seus parentes ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive, e bem assim o cônjuge;

II - os membros de diretórios de partidos desde que exerça função executiva;

III - as autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo;

As razões de impedimento apresentadas pelas técnicas ou pelos técnicos requisitadas(os) serão submetidas à apreciação da Justiça Eleitoral e somente poderão ser alegadas até 5 (cinco) dias contados da designação, salvo na hipótese de motivos supervenientes.

10.2. Exame das contas

Havendo indício de irregularidade na prestação de contas, a Justiça Eleitoral pode requisitar diretamente ou por delegação informações adicionais, bem como determinar diligências específicas para a complementação dos dados ou para o saneamento das falhas, com a perfeita identificação dos documentos ou elementos que devem ser apresentados (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 4º).

Na fase de exame técnico, inclusive de contas parciais, a unidade ou a(o) responsável pela análise das contas pode promover circularizações, fixando o prazo máximo de 3 (três) dias para cumprimento.

No exame técnico dos documentos comprobatórios das prestações de contas, poderá ser utilizada a técnica de amostragem, desde que a unidade técnica nos Tribunais Eleitorais ou a(o) responsável pelo exame no Cartório Eleitoral apresente o plano de amostragem para a autorização prévia da autoridade judicial.

Somente a autoridade judicial pode, em decisão fundamentada, de ofício ou por provocação do órgão técnico, do Ministério Público ou da(o) impugnante, determinar a quebra dos sigilos fiscal e bancário da candidata, do candidato, dos partidos políticos, das pessoas doadoras ou fornecedoras da campanha.

A. Acompanhamento do exame das contas

O Ministério Público, os partidos políticos, as candidatas e os candidatos podem acompanhar o exame das prestações de contas.

No caso de acompanhamento por partidos políticos, será exigida a indicação expressa e formal de sua(seu) representante, respeitado o limite de uma(um) por partido político, em cada circunscrição.

O acompanhamento do exame das prestações de contas das candidatas e dos candidatos não pode ser feito de forma que impeça ou retarde o exame das contas pela unidade técnica, nos tribunais, ou pela(o) chefe de cartório, nas zonas eleitorais, ou o seu julgamento.

10.3. Diligências

As diligências devem ser cumpridas pelas candidatas, pelos candidatos e partidos políticos no prazo de 3 (três) dias contados da intimação, sob pena de preclusão.

Determinada a diligência, decorrido o prazo do seu cumprimento com ou sem manifestação, acompanhados ou não de documentos, os autos serão remetidos para a unidade ou a(o) responsável pela análise técnica para emissão de parecer conclusivo acerca das contas.

Verificada a existência de falha, impropriedade ou irregularidade em relação à qual não se tenha dado à prestadora ou ao prestador de contas prévia

oportunidade de manifestação ou complementação, a unidade ou a(o) responsável pela análise técnica deve notificá-las(os), no prazo de 3 dias.

Nas diligências determinadas na prestação de contas, a Justiça Eleitoral deverá privilegiar a oportunidade de a interessada ou de o interessado sanar, tempestivamente e quando possível, as irregularidades e impropriedades verificadas, identificando de forma específica e individualizada as providências a serem adotadas e seu escopo.

10.4. Prestação de contas retificadora

A retificação da prestação de contas somente é permitida, sob pena de ser considerada inválida:

- na hipótese de cumprimento de diligências que implicar a alteração das peças inicialmente apresentadas;
- voluntariamente, na ocorrência de erro material detectado antes do pronunciamento técnico.

A retificação da prestação de contas obriga a prestadora ou o prestador de contas a:

- enviar o arquivo da prestação de contas retificadora pela internet, mediante o uso do SPCE;
- apresentar extrato da prestação de contas, acompanhado de justificativas e, quando cabível, de documentos que comprovem a alteração realizada, mediante petição dirigida:
 - » no caso de prestação de contas a ser apresentada no tribunal, à relatora ou ao relator, via PJe.
 - » no caso de prestação de contas a ser apresentada na zona eleitoral, à juíza ou ao juiz eleitoral, via PJe.

Findo o prazo para apresentação das contas finais, não é admitida a retificação das contas parciais, e qualquer alteração deve ser feita por meio da retificação das contas finais, com a apresentação de nota explicativa.

A validade da prestação de contas retificadora e a pertinência da nota explicativa serão analisadas e registradas no parecer técnico conclusivo, a fim de que a autoridade judicial sobre elas decida na oportunidade do julgamento da prestação de contas e, se for o caso,

determine a exclusão das informações retificadas na base de dados da Justiça Eleitoral.

Devem ser encaminhadas cópias do extrato da prestação de contas retificada ao Ministério Público e, se houver, à(ao) impugnante, para manifestação a respeito da retificação e, se for o caso, para retificação da impugnação.

O encaminhamento de cópias do extrato da prestação de contas retificada não impede o imediato envio da retificação das contas das candidatas eleitas ou dos candidatos eleitos para exame técnico, tão logo recebidas na Justiça Eleitoral.

10.5. Parecer Técnico Conclusivo

Emitido parecer técnico conclusivo pela existência de irregularidades e/ou impropriedades sobre as quais não se tenha dado oportunidade específica de manifestação à prestadora ou ao prestador de contas, a Justiça Eleitoral intimá-la(o)-á para, querendo, manifestar-se no prazo de 3 (três) dias contados da intimação, vedada a juntada de documentos que não se refiram especificamente à irregularidade e/ou impropriedade apontada, salvo aqueles que se amoldem ao parágrafo único do art. 435 do CPC:

Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impede de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º.

10.6. Parecer do Ministério Público

Após a apresentação do parecer técnico conclusivo, o Ministério Público terá vista dos autos da prestação de contas, devendo emitir parecer no prazo de 2 (dois) dias.

Quando o Ministério Público apresentar parecer pela rejeição das contas por motivo que não tenha

sido anteriormente identificado ou considerado pelo órgão técnico, a prestadora ou o prestador de contas será intimado para, querendo, manifestar-se no prazo de 3 (três) dias contados da intimação, vedada a juntada de documentos que não se refiram especificamente à irregularidade e/ou impropriedade apontada.

10.7. Julgamento das prestações de contas

A. Decisão

A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei nº 9.504/1997, art. 30, caput):

- pela aprovação, quando estiverem regulares;
- pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade;
- pela desaprovação, quando constatadas falhas que comprometam sua regularidade;

- pela não prestação, quando:
 - » depois de citada(o) e decorrido o prazo de 3 (três) dias, a candidata, o candidato ou o órgão partidário e as(os) responsáveis permanecerem omissas(os) ou as suas justificativas não forem aceitas;
 - » não forem apresentados os documentos e as informações de que trata o item 9.7, subitem A, deste Manual; ou
 - » a(o) responsável deixar de atender às diligências determinadas para suprir a ausência que impeça a análise da movimentação declarada na prestação de contas.

Nas eleições gerais, na hipótese de manifestação técnica pela aprovação das contas, com parecer no mesmo sentido do Ministério Público Eleitoral, o julgamento das contas poderá ser realizado por decisão monocrática.

A aprovação com ressalvas da prestação de contas não obsta que seja determinada a devolução dos recursos recebidos de fonte vedada ou a sua transferência para a conta única do Tesouro Nacional, assim como dos recursos de origem não identificada, conforme o disciplinado nos itens 4.7 e 4.8 deste Manual.

Erros formais e/ou materiais corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas não

ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §§ 2º e 2º-A).

Desaprovadas as contas, a Justiça Eleitoral abrirá vista dos autos ao Ministério Público para os fins previstos no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 4º).

Se identificado indício de apropriação de bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral, pela candidata ou pelo candidato, pela administradora financeira ou pelo administrador financeiro da campanha ou por quem de fato exerça essa função, em proveito próprio ou alheio, cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público para apuração da prática do crime capitulado no art. 354-A do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965, art. 354-A).

A ausência parcial dos documentos e das informações ou o não atendimento das diligências determinadas não enseja o julgamento das contas como não prestadas se os autos contiverem elementos mínimos que permitam a sua análise. A autoridade judiciária examinará se a ausência verificada é relevante e compromete a regularidade das contas para efeito de sua aprovação com ressalvas ou desaprovação.

Quando for constatada a ausência do instrumento de mandato para constituição de advogada ou advogado para a prestação de contas, mesmo após notificação para regularização da representação processual, estas devem ser julgadas não prestadas.

A decisão que julgar as contas da candidata ou do candidato às eleições majoritárias abrangerá as de vice e as de suplente, conforme o caso, ainda que substituídas(os).

Se a(o) titular não prestar contas no prazo legal, a(o) vice e as(os) suplentes, ainda que substituídas(os), poderão fazê-lo separadamente, no prazo de 3 (três) dias da citação da Justiça Eleitoral. Neste caso, suas contas serão julgadas independentemente das contas da(o) titular, salvo se esta(este), em igual prazo, também apresentar as contas, hipótese na qual os respectivos processos serão examinados em conjunto.

O julgamento da prestação de contas pela Justiça Eleitoral não afasta a possibilidade de apuração por outros órgãos quanto à prática de eventuais ilícitos antecedentes e/ou vinculados, verificados no curso de investigações em andamento ou futuras.

A autoridade judicial responsável pela análise das contas, ao verificar a presença de indícios de irregularidades

que possam configurar ilícitos, remeterá as respectivas informações e documentos aos órgãos competentes para apuração de eventuais crimes (Lei nº 9.096/1995, art. 35 e Código de Processo Penal, art. 40).

B. Aplicação irregular do Fundo Partidário e/ou FEFC

Se os recursos do Fundo Partidário e/ou do FEFC não forem comprovados ou tiverem sua utilização considerada indevida, será determinada a devolução do valor ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, sob pena de remessa dos autos à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança.

Neste caso, incidirão juros moratórios e atualização monetária, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, sobre os valores a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.

26 A atualização dos valores pode ser realizada no link <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>.

C. Publicação do julgamento das contas

A decisão que julgar as contas de candidatas e candidatos eleitas(os) será publicada em sessão, na hipótese de acórdão prolatado por tribunal, e no mural eletrônico, na hipótese de decisão monocrática da relatora ou do relator ou de decisão proferida no primeiro grau, até 3 (três) dias antes da diplomação (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 1º).

A decisão que julgar as contas de candidatas e candidatos não eleitas(os) será publicada no Diário da Justiça Eletrônico da Justiça Eleitoral.

10.8. Sanções

O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e à aplicação de recursos perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem as candidatas ou os candidatos beneficiadas(os) por abuso do poder econômico (Lei nº 9.504/1997, art. 25).

A sanção de suspensão de recebimento do Fundo Partidário será aplicada no ano seguinte ao trânsito em julgado da decisão que desaprovar as contas do partido,

da candidata ou do candidato, de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 (um) a 12 (doze) meses, ou será aplicada por meio do desconto no valor a ser repassado da importância apontada como irregular. Tal sanção não pode ser aplicada caso a prestação de contas não seja julgada pelo juízo ou tribunal competente após 5 (cinco) anos de sua apresentação.

As sanções não são aplicáveis no caso de desaprovação de prestação de contas de candidata ou de candidato, salvo quando ficar comprovada a efetiva participação do partido político nas infrações que acarretarem a rejeição das contas e, nessa hipótese, tiver sido assegurado o direito de defesa ao órgão partidário.

A perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário ou o desconto no repasse de quotas resultante da aplicação da sanção será suspenso durante o segundo semestre do ano eleitoral (Lei nº 9.096/1995, art. 37, § 9º).

A Secretaria Judiciária nos tribunais eleitorais ou a(o) chefe de cartório nas zonas eleitorais deve registrar, no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias (SICO), a decisão que determinar a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário ou o desconto no repasse de quotas.

Na hipótese de infração às normas legais, a responsabilidade civil e a criminal são subjetivas e recaem somente sobre as(os) dirigentes partidárias(os) responsáveis pelo partido à época dos fatos, e devem ser apurados em processos específicos a serem instaurados nos foros competentes.

Se identificado indício de apropriação, pela candidata ou candidato, pela administradora ou administrador financeiro de campanha ou por quem de fato exerça essa função de bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral, em proveito próprio ou alheio, cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público para apuração da prática do crime capitulado no art. 354-A do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965, art. 354-A).

A. Consequências de contas julgadas não prestadas

A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:

- À candidata ou ao candidato, o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas;
- ao partido político, a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, do FEFC e a suspensão do registro ou anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa²⁷ (STF ADI nº 6032, j. em 05/12/2019).

²⁷ Regulamentada na Resolução TSE nº 23.571/2018, arts. 54-A a 54-T.

Capítulo 11

Requerimento de regularização

11. Requerimento de regularização

Após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas como não prestadas, a interessada ou o interessado pode requerer, a regularização de sua situação para:

- no caso de candidata ou candidato, evitar que persistam os efeitos do impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral após o final da legislatura; ou
- no caso de partido político, restabelecer o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do FEFC e reverter a suspensão do registro ou anotação do órgão de direção estadual ou municipal, quando for o caso.

» A sanção de impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral é de, no mínimo, o período da legislatura do cargo ao qual concorreu. Se o requerimento de regularização for julgado procedente durante o período da legislatura, a sanção permanece ativa até o seu final. Se, no entanto, o requerimento for apresentado após o final do período da legislatura, a sanção permanecerá ativa até o seu efetivo julgamento e recolhimento de eventuais valores devidos.

O requerimento de regularização pode ser apresentado:

- pela candidata ou pelo candidato interessada(o), para efeito da regularização de sua situação cadastral;
- pelo órgão partidário cujo direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do FEFC esteja suspenso ou pelos hierarquicamente superiores.

» O procedimento de regularização de contas tem por objetivo exclusivamente reverter os efeitos das sanções aplicadas em decorrência do julgamento de contas não prestadas. A decisão sobre a regularização de contas não julga novamente as contas, apenas defere ou indefere o requerimento, revertendo os efeitos das sanções aplicadas na decisão anterior. A possibilidade de aplicação de sanções não decorre de novo julgamento, mas da identificação, por exemplo, de recursos do Fundo Partidário a devolver ou de recursos de fonte vedada ou origem não identificada. Qualquer outra infração identificada por ocasião da apreciação do requerimento de regularização de contas deve ser apurada e encaminhadas às autoridades competentes.

11.1. Processamento

O requerimento de regularização deve:

- ser autuado na classe Regularização da omissão de prestação de contas eleitorais, consignando-se os nomes das(os) responsáveis, e distribuído por prevenção à autoridade judicial que conduziu o processo de prestação de contas a que ela(ele) se refere;
- ser instruído com todos os dados e documentos exigidos para a prestação de contas utilizando-se, em relação aos dados, o sistema SPCE;
- observar o rito previsto neste Manual para o processamento da prestação de contas, no que couber, com a finalidade de verificar:
 - » eventual existência de recursos de fontes vedadas;
 - » eventual existência de recursos de origem não identificada;
 - » ausência de comprovação ou irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário e/ou do FEFC;
 - » outras irregularidades de natureza grave.

O requerimento de regularização não deve ser recebido com efeito suspensivo.

Caso constatada impropriedade ou irregularidade na aplicação dos recursos do Fundo Partidário e/ou do FEFC ou no recebimento dos recursos de origem não identificada ou de fonte vedada, a candidata, o candidato ou o órgão partidário e as(os) suas(seus) responsáveis serão intimados para fins de devolução ao erário, se já não demonstrada a sua realização.

11.2. Julgamento do requerimento de regularização

A autoridade judicial julgará o requerimento de regularização, na ausência de valores a recolher ou após o recolhimento dos valores considerados aplicados irregularmente, decidindo pela regularização ou não da omissão, aplicando ao órgão partidário e aos seus responsáveis, quando for o caso, as sanções de perda do direito de recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, conforme o item 10.8 deste Manual.

11.3. Regularização da inadimplência

A regularização da inadimplência do órgão partidário, da candidata ou do candidato somente ocorrerá após:

- o efetivo recolhimento dos valores devidos, se houver; e
- o cumprimento das sanções impostas.

» A sanção de impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral é de, no mínimo, o período da legislatura do cargo à qual concorreu. Se o requerimento de regularização for julgado procedente durante o período da legislatura, a sanção permanece ativa até o seu final. Se, no entanto, o requerimento for apresentado após o final do período da legislatura, a sanção permanecerá ativa até o seu efetivo julgamento e recolhimento de eventuais valores devidos.

Capítulo 12

Dos Recursos

12. Dos Recursos

Da decisão da juíza ou do juiz eleitoral, cabe recurso para o tribunal regional eleitoral, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação no Diário da Justiça Eletrônico (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 5º).

Na hipótese do julgamento das prestações de contas de candidatas ou candidatos eleitas(os), o prazo recursal é contado da publicação em sessão do acórdão prolatado por tribunal eleitoral.

Na hipótese de decisão proferida no primeiro grau, o prazo recursal conta-se a partir da publicação em cartório.

Do acórdão do tribunal regional eleitoral, cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 4º do art. 121 da Constituição Federal, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação no Diário da Justiça Eletrônico (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 6º).

Constituição Federal, art. 121, §4º, I e II:

§ 4º - Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;

II - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal.

Capítulo 13

Controle e fiscalização concomitante

13. Controle e fiscalização concomitante

Durante todo o processo eleitoral, a Justiça Eleitoral pode fiscalizar a arrecadação e a aplicação de recursos, visando a subsidiar a análise das prestações de contas.

A fiscalização deve ser:

- precedida de autorização da(o) presidente do tribunal ou da relatora ou do relator do processo, caso já tenha sido designada(o), ou ainda da juíza ou do juiz eleitoral, conforme o caso, que designará, entre as servidoras ou os servidores da Justiça Eleitoral, fiscais ad hoc, devidamente credenciados para atuação;
- registrada no SPCE para confronto com as informações lançadas na prestação de contas.

Na hipótese de a fiscalização ocorrer em município diferente da sede, a autoridade judiciária pode solicitar à juíza ou ao juiz da respectiva circunscrição eleitoral que designe servidora ou servidor da zona eleitoral para exercer a fiscalização.

Os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta devem ceder, sem ônus para a Justiça Eleitoral, em formatos abertos e compatíveis, informações de suas bases de dados na área de sua competência, quando solicitadas pela Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso I).

Capítulo 14

Indícios de irregularidade

14. Indícios de irregularidade

Os indícios de irregularidade relativos à arrecadação de recursos e gastos eleitorais obtidos mediante cruzamento de informações entre órgãos e entidades da administração pública devem ser processados na forma descrita a seguir:

- tão logo identificados, os indícios de irregularidade serão diretamente encaminhados ao Ministério Público;
- o Ministério Público, procedendo à apuração dos indícios, poderá, dentre outras providências:
 - » requisitar à autoridade policial a instauração de inquérito;
 - » requisitar informações a candidatas ou candidatos, partidos políticos, doadoras ou doadores, fornecedoras ou fornecedores e a terceiras ou a terceiros para a apuração dos fatos, além de determinar outras diligências que julgar necessárias;
 - » requerer a quebra dos sigilos fiscal e bancário de candidata ou candidato, partido político, doadora ou doador, fornecedora ou fornecedor de campanha (Lei Complementar nº 105/2001, art. 1º, § 4º);



- concluída a apuração dos indícios, o Ministério Público, juntando os elementos probatórios colhidos e manifestando-se sobre eles, fará a imediata comunicação à autoridade judicial e solicitará a adoção de eventuais pedidos de providência que entender cabíveis;
- recebida a manifestação ministerial, a(o) presidente, a juíza ou o juiz eleitoral, conforme o caso, deve determinar a autuação do processo na classe petição, caso não tenha sido autuado o processo de prestação de contas, ou a junta do processo de prestação de contas já autuado;
- tão logo autuado o processo de prestação de contas, o processo autuado na classe petição deve ser a ele associado ou apensado, ficando preventa(o) para o processo de prestação de contas a relatora ou o relator da petição;
- autuado e distribuído o processo, a autoridade judicial determinará a intimação do prestador de contas;

- a autoridade judicial examinará com prioridade a matéria, determinando as providências urgentes que entender necessárias para evitar a irregularidade ou permitir o pronto restabelecimento da legalidade;
- inexistindo providências urgentes a adotar, o resultado da apuração dos indícios de irregularidade será considerado por ocasião do julgamento da prestação de contas, caso tenha sido concluída a apuração.

A autoridade judicial poderá fixar prazo de 3 (três) dias para o cumprimento de eventuais diligências necessárias à instrução da apuração dos indícios de irregularidade, com a advertência de que o seu descumprimento poderá configurar crime de desobediência (Código Eleitoral, art. 347).

Se até o prazo fixado para o pronunciamento do Ministério Público a respeito da regularidade das contas não houver sido encaminhada à autoridade judicial a manifestação sobre a apuração

dos indícios, o Ministério Público deverá proferir, naquela ocasião, manifestação sobre os indícios de irregularidade que lhe foram encaminhados para apuração.

Se até o julgamento da prestação de contas da candidata, do candidato ou do partido político a que se referem os indícios, a apuração não houver sido concluída, o resultado desta que detecte a prática de ilícitos antecedentes e/ou vinculados às contas deve ser encaminhado aos órgãos competentes para apreciação.

Na hipótese de que a apuração não tenha sido concluída, os indícios de irregularidade poderão ser utilizados no exame técnico de contas, ainda que apenas como informação de inteligência, sobre a qual a prestadora ou o prestador de contas deve ser intimado a manifestar-se, prosseguindo regularmente a sua apuração pelo Ministério Público Eleitoral, a quem compete promover as ações deles decorrentes, caso confirmados.

Capítulo 15

Notas fiscais eletrônicas

15. Notas fiscais eletrônicas

15.1. Requisição dos arquivos das notas fiscais eletrônicas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral requisitará, por meio de ofício, à Secretaria da Receita Federal cópia eletrônica de todas as notas fiscais eletrônicas (NF-e) emitidas pelo número de CNPJ de candidatas, candidatos e de partidos políticos e contra ele (Lei nº 5.172/1966, art. 198, § 1º, inciso I).

Os presidentes dos tribunais regionais eleitorais requisitarão, por meio de ofício, às secretarias estaduais e municipais de Fazenda que adotem sistema de emissão eletrônica de nota fiscal, cópia eletrônica de todas as notas fiscais eletrônicas de serviços emitidas pelo número de CNPJ de candidatas, candidatos e de partidos políticos e contra ele (Lei nº 5.172/1966, art. 198, § 1º, inciso I).

Os ofícios de requisição dos arquivos das notas fiscais eletrônicas devem ser entregues até o primeiro dia do mês de setembro do ano eleitoral.



15.2. Envio dos arquivos das notas fiscais eletrônicas

Para o envio das informações²⁸, deverá ser observado o seguinte:

- a Secretaria da Receita Federal e as secretarias estaduais de Fazenda utilizarão o leiaute-padrão da nota fiscal eletrônica (NF-e); e
- as secretarias municipais de Fazenda observarão o leiaute-padrão fixado pela Justiça Eleitoral e o validador e transmissor de dados, disponíveis na página do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br).

Não serão recebidos, na base de dados da Justiça Eleitoral, os arquivos eletrônicos de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços que não sejam aprovados pelo validador do Tribunal Superior Eleitoral.

²⁸ Os arquivos com as notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhados conforme orientações constantes em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/prestacao-de-contas-1/nota-fiscal-eletronica-permissionarios>

15.3. Prazos para envio dos arquivos das notas fiscais eletrônicas

A Secretaria da Receita Federal e as secretarias estaduais e municipais de Fazenda encaminharão ao Tribunal Superior Eleitoral, pela internet, arquivo eletrônico contendo as notas fiscais eletrônicas relativas ao fornecimento de bens e serviços para campanha eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso I), nos seguintes prazos:

- até o dia 15 de outubro do ano eleitoral, as notas fiscais eletrônicas emitidas desde o prazo final para o registro de candidaturas até o dia da eleição;
- até o dia 10 de novembro do ano eleitoral, o arquivo complementar, contendo as notas fiscais eletrônicas emitidas do dia imediatamente posterior à eleição até o último dia do mês de outubro do mesmo ano.

15.4. Notas fiscais eletrônicas canceladas

O eventual cancelamento de notas fiscais eletrônicas após sua regular informação como válidas pelos órgãos fazendários à Justiça Eleitoral, apresentado por ocasião do cumprimento de diligências determinadas nos autos de prestação de contas, será objeto de notificação específica à Fazenda informante, no julgamento das contas, para apuração de suposta infração fiscal, bem como de encaminhamento ao Ministério Público.

Na situação de eventual cancelamento de notas fiscais eletrônicas após sua regular informação como válidas pelos órgãos fazendários à Justiça Eleitoral, a prestadora ou o prestador deverá apresentar a comprovação de cancelamento, junto com esclarecimentos firmados pela fornecedora ou pelo fornecedor.

Capítulo 16

Informações voluntárias prestadas durante a campanha

16. Informações voluntárias prestadas durante a campanha

As doadoras, os doadores, as fornecedoras e os fornecedores podem, no curso da campanha, prestar informações diretamente à Justiça Eleitoral sobre doações em favor de partidos políticos, candidatas ou candidatos e ainda sobre gastos por elas(eles) efetuados.

Para encaminhar as informações, será necessário o cadastramento prévio na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet.

A apresentação de informações falsas sujeita a infratora e o infrator às penas previstas nos arts. 348 e seguintes do Código Eleitoral, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Eventuais fatos que possam configurar ilícitos de campanha eleitoral, informados por intermédio do uso de aplicativos da Justiça Eleitoral devem ser encaminhados ao Ministério Público²⁹, que, se entender relevantes, promoverá a devida apuração.

²⁹ As denúncias podem ser feitas por meio da Sala de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal (<http://www.mpf.mp.br/servicos/sac>).

Capítulo 17

Denúncias e Representações

17. Denúncias e Representações

A autoridade judicial, à vista de denúncia fundamentada de filiada, de filiado, de delegada ou de delegado de partido, de representação do Ministério Público ou de iniciativa da Corregedora ou do Corregedor, diante de indícios de irregularidades na gestão financeira e econômica da campanha, poderá determinar as diligências e providências que julgar necessárias para obstar a utilização de recursos de origem não identificada ou de fonte vedada, aplicando, no que couber, o previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.

Qualquer partido político ou coligação pode representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias contados da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas vigentes relativas à arrecadação e gastos de recursos (Lei nº 9.504/1997, art. 30-A).



Comprovados a captação ou gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma à candidata ou ao candidato, ou cassada(o), se já houver sido outorgado (Lei nº 9.504/1997, art. 30-A, § 2º).

O ajuizamento da representação não obsta nem suspende o exame e o julgamento da prestação de contas a ser realizado nos termos deste Manual. A aprovação, com ou sem ressalvas, ou desaprovação da prestação de contas da candidata ou do candidato não vincula o resultado da representação de que trata o art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, nem impede a apuração do abuso do poder econômico em processo apropriado.

A qualquer tempo, o Ministério Público e os demais partidos políticos poderão relatar indícios e apresentar provas de irregularidade relativa a movimentação financeira, recebimento de recursos de fontes vedadas, utilização de recursos provenientes do Fundo Partidário e do FEFC e realização de gastos que esteja sendo cometida ou esteja prestes a ser

cometida por candidata, candidato ou partido político antes da apresentação de suas contas à Justiça Eleitoral, requerendo à autoridade judicial competente a adoção das medidas cautelares pertinentes para evitar a irregularidade ou permitir o pronto restabelecimento da legalidade.

A representação dos partidos políticos e do Ministério Público deverá ser feita pelas(os) suas(seus) representantes que possuam legitimidade para atuar perante a instância judicial competente para a análise e o julgamento da prestação de contas da candidata, do candidato ou do partido que estiver cometendo a irregularidade.

17.1. Ações preparatórias

As ações preparatórias serão autuadas na classe Ação Cautelar e, nos tribunais, serão distribuídas a uma relatora ou a um relator e observará, no que couber, o rito das ações cautelares preparatórias ou antecedentes previstas no Código de Processo Civil.

Recebida a inicial, a autoridade judicial, determinará:

- as medidas urgentes que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;
- a citação da candidata, do candidato ou do órgão partidário, conforme o caso, entregando-lhe cópia da inicial e dos documentos que a acompanham, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, ofereça ampla defesa acompanhada dos documentos e das provas que pretende produzir.

Definida a tutela provisória, que poderá a qualquer tempo ser revogada ou alterada, os autos da ação cautelar aguardarão para serem apensados à prestação de contas do respectivo exercício, quando esta for apresentada à Justiça Eleitoral.

Capítulo 18

Intimações

18. Intimações

No período de 15 de agosto a 19 de dezembro as intimações serão realizadas pelo mural eletrônico, fixando-se o termo inicial do prazo na data de publicação e devem ser feitas na pessoa da advogada ou do advogado constituída(o) pelo partido político, pela candidata ou pelo candidato, abrangendo:

- na hipótese de prestação de contas de candidata ou de candidato à eleição majoritária, a(o) titular e a(o) vice ou suplentes, conforme o caso, ainda que substituídas(os), na pessoa de suas advogadas ou seus advogados;
- na hipótese de prestação de contas relativa à eleição proporcional, a candidata ou o candidato, na pessoa de sua advogada ou seu advogado;
- na hipótese de prestação de contas de órgão partidário, o partido político, a(o) presidente e a tesoureira ou o tesoureiro, bem como suas(seus) substitutas(os), na pessoa de suas advogadas ou seus advogados.

Na hipótese de impossibilidade técnica de utilização do mural eletrônico, oportunamente certificada, as intimações serão realizadas sucessivamente, por mensagem instantânea, por e-mail e por correspondência.

Reputam-se válidas as intimações realizadas:

- pela disponibilização no mural eletrônico;
- quando realizada pelos demais meios eletrônicos, pela confirmação de entrega à destinatária ou ao destinatário da mensagem ou e-mail no número de telefone ou endereço informado pelo partido, pela coligação ou pela candidata ou pelo candidato, dispensada a confirmação de leitura;
- quando realizada por correio, pela assinatura do aviso de recebimento de pessoa que se apresente como apta ao recebimento de correspondência no endereço informado pelo partido, coligação ou candidata ou candidato.

Não será prevista ou adotada intimação simultânea ou de reforço por mais de um meio, somente se passando ao subsequente em caso de frustrada a realizada sob a forma anterior.

Considera-se frustrada a intimação apenas quando da impossibilidade da intimação pelas hipóteses citadas acima, incumbindo aos partidos, às coligações, às candidatas ou aos candidatos acessar o mural eletrônico e os meios informados em seu registro de candidatura para o recebimento de citações, intimações, notificações e comunicações da Justiça Eleitoral.

As intimações por meio eletrônico previstas neste artigo não se submetem ao disposto no art. 5º da Lei nº 11.419/2006.

Nas publicações realizadas em meio eletrônico, aplica-se o art. 272 do Código de Processo Civil.

A publicação dos atos judiciais fora do período estabelecido no caput será realizada no Diário da Justiça Eletrônico.

Na hipótese de não haver advogada ou advogado regularmente constituída(o) nos autos, a candidata, o candidato e/ou partido político, bem como a(o) presidente, a tesoureira ou o tesoureiro e suas substitutas ou seus substitutos, devem ser citados pessoalmente para que, no prazo de 3 (três) dias, constitua advogada ou advogado, sob pena de serem as contas julgadas não prestadas.

Nesta hipótese, a citação deve ser realizada:

- quando dirigida a candidata, candidato, partido político ou coligação, por mensagem instantânea, e, frustrada esta, sucessivamente por e-mail, por correspondência e pelos demais meios previstos no Código de Processo Civil;



- quando se dirigir a pessoa diversa das indicadas nos incisos anteriores, no endereço físico indicado pela autora ou pelo autor, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil.

Para os fins de citação, serão utilizados os dados de localização informados no Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) e do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP).

A intimação pessoal do Ministério Público, entre 15 de agosto e 19 de dezembro, será feita por intermédio de expediente no PJe, o qual marcará a abertura automática e imediata do prazo processual.

Capítulo 19

Disposições Finais

19. Disposições Finais

19.1. Consulta às decisões e intimações

O inteiro teor das decisões e intimações determinadas pela autoridade judicial, ressalvadas aquelas abrangidas por sigilo, deve constar da página de andamento do processo na internet, de modo a viabilizar que qualquer interessada ou interessado que consultar a página ou estiver cadastrada(o) no sistema Push possa ter ciência do seu teor.

19.2. Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Os processos de prestação de contas tramitam, obrigatoriamente, no Sistema PJe.

Os documentos integrantes da mídia eletrônica a que se referem os itens 9.7 e 9.9 deste Guia devem ser digitalizados pelo prestador de contas, observando-se o disposto no art. 4º da Portaria-TSE nº 1.143, de 17 de novembro de 2016, e os requisitos previstos nas Portarias-TSE nº 886, de 22 de novembro de 2017, e nº 1.216, de 13 de dezembro de 2016, e juntados ao PJe.

Quando a forma de apresentação dos documentos não observar o previsto nesta norma ou puder ensejar prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa ou, ainda, prejudicar a análise do processo, caberá ao magistrado determinar nova apresentação e a exclusão dos anteriormente juntados (Resolução TSE nº 23.417/2014, art. 17, parágrafo único).

Os documentos digitalizados serão armazenados em ambiente virtual e

divulgados na página de internet do Tribunal Superior Eleitoral.

19.3. Prorrogação de prazos processuais

Durante o período eleitoral, os prazos processuais serão prorrogados para o dia seguinte, se, na data em que se vencerem:

- houver indisponibilidade técnica do PJe, quando se tratar de ato que deva ser praticado por meio eletrônico (Lei nº 11.419/2006, art. 10, § 2º; e Código de Processo Civil, art. 213, caput); ou
- o expediente do cartório ou secretaria perante o qual deva ser praticado for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal, quando se tratar de ato que exija comparecimento presencial (Lei nº 11.419/2006, art. 10, § 1º; e Código de Processo Civil, arts. 213, caput, e 224, § 1º).

Considera-se indisponibilidade técnica aquela que:

- for superior a sessenta minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre seis horas e vinte e três horas; ou
- ocorrer na última hora do prazo, independentemente da sua duração.

A prorrogação será analisada pelo juízo competente após a juntada, pela parte prejudicada, da certidão de indisponibilidade.

Na hipótese de expediente encerrado antes ou iniciado depois da hora normal, a servidora ou o servidor certificará a tempestividade do ato, informando o motivo da prorrogação.

19.4. Conservação da documentação

Até 180 (cento e oitenta) dias após a diplomação, os partidos políticos, candidatas e candidatos conservarão a documentação concernente às suas contas (Lei nº 9.504/1997, art. 32, caput).

Estando pendente de julgamento qualquer processo judicial relativo às contas eleitorais, a documentação a elas concernente deverá ser conservada até a decisão final (Lei nº 9.504/1997, art. 32, parágrafo único).

19.5. Publicidade das prestações de contas

Os processos de prestação de contas são públicos e podem ser consultados

por qualquer interessada ou interessado, observadas as diretrizes para tratamento de dados pessoais da Lei nº 13.709/2018 e da Resolução TSE nº 23.650/2021. A Justiça Eleitoral dará ampla e irrestrita publicidade ao conteúdo dos extratos eletrônicos das contas eleitorais na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet. Será dada ampla divulgação dos dados e das informações estatísticas relativas às prestações de contas recebidas pela Justiça Eleitoral.

19.6. Orientações técnicas

O Tribunal Superior Eleitoral pode emitir orientações técnicas referentes ao processo de prestação de contas de campanha.



**Confira também a
campanha nas redes
sociais do TRE-SC:**

 @trecjusbr

 /canalTRESC

 /trecjusbr

 /trecjusbr

 @trecjusbr

 @trecjusbr